

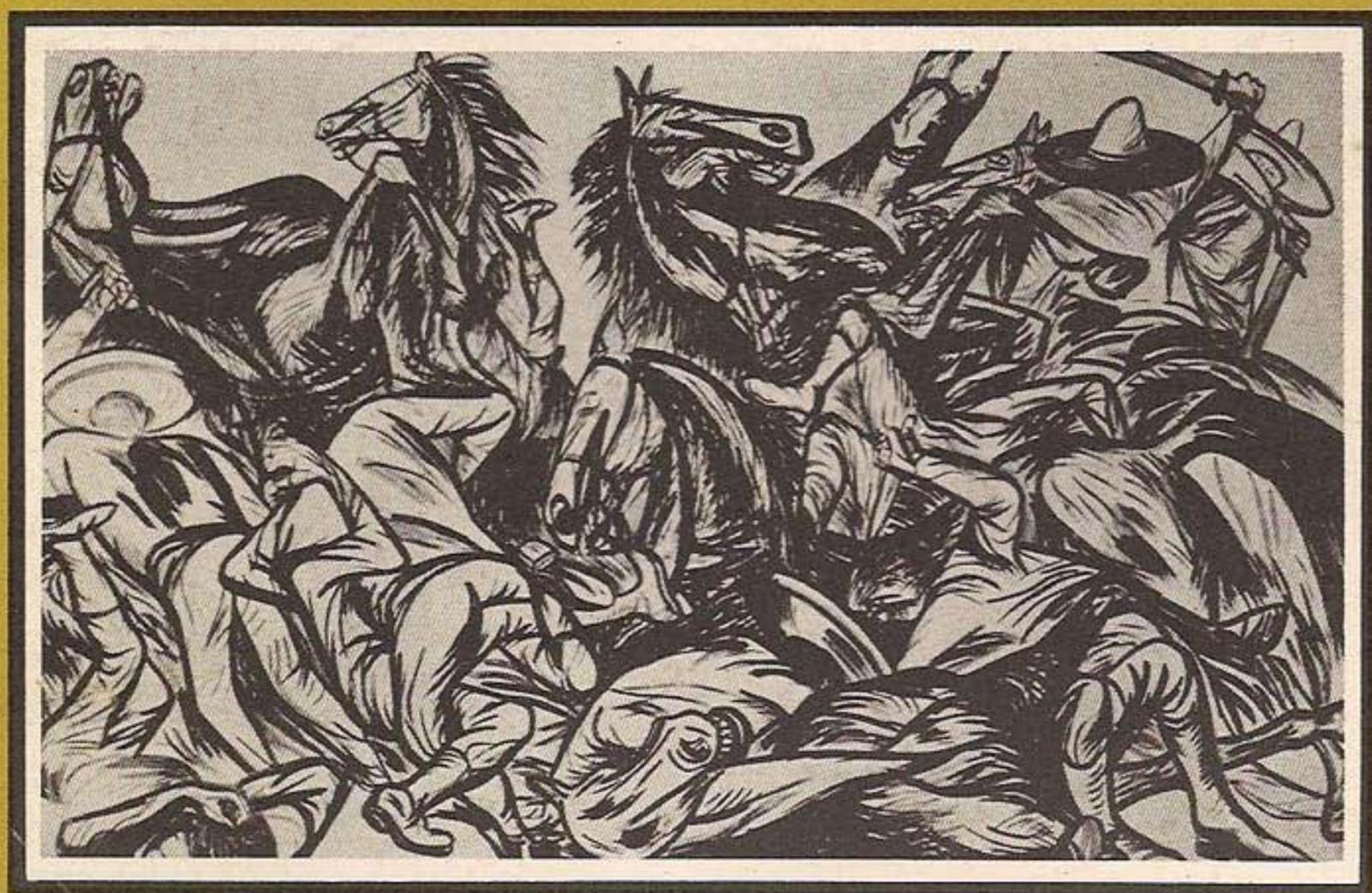
Princípios

Revista teórica, política e de informação Dezembro 83-Cr\$800.

O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO -
INIMIGO DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA

A FOME NO BRASIL

PERFIL DA JUVENTUDE BRASILEIRA



EDITORA ANITA GARIBALDI

7

Princípios

SUMÁRIO

Abertura... Emergência... 1

O Imperialismo Norte-Americano — Inimigo dos Povos da América Latina e de todo o Mundo

João Amazonas ... 3

PTA — Uma Política a Serviço do Socialismo, da Liberdade e da Independência

Ramiz Alia ... 9

Características da Penetração do Capitalismo no Campo Brasileiro

Ronald Freitas ... 15

Aspectos Econômicos e Sociais da Cultura do Cacaú na Bahia

José Valdo de Oliveira ... 23

No Centenário da Morte de Karl Marx

Cartas de Marx a Kugelmann ... 28

A Fome no Brasil

Lígia Maria Vieira da Silva ... 30

Publicado em Albanês Livro de João Amazonas ... 38

Perfil da Juventude Brasileira

Aldo Rebelo ... 40

O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO — INIMIGO DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA E DE TODO O MUNDO.

A nova escalada agressiva e belicista do imperialismo norte-americano em todos os cantos do mundo e particularmente na América Latina constitui uma mudança de tática, com o predomínio do uso da força armada e da intervenção militar.

PÁGINA 3



PTA — UMA POLÍTICA A SERVIÇO DO SOCIALISMO, DA LIBERDADE E DA INDEPENDÊNCIA

Neste pronunciamento, Ramiz Alia, um dos mais destacados dirigentes do PTA e do Estado albanês, argumenta que a Albânia socialista, baseada nas próprias forças, progride econômica e socialmente sob a direção do Partido do Trabalho. O 8º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural vai sendo cumprido com êxito, num flagrante contraste com o mundo capitalista-revisionista mergulhado na crise. Coloca-se também em relevo a justeza da política externa do PTA, que garante a liberdade e a soberania da Pátria socialista e apóia a luta dos povos de todo o mundo pela paz, a liberdade, a independência e o progresso.

PÁGINA 9



A FOME NO BRASIL

Problema que tem assumido gigantescas proporções em nosso país, atingindo milhões de pessoas, a fome é fenômeno determinado por um conjunto de causas, onde preponderam os fatores econômicos e sociais ligados ao modo de produção capitalista e ao modelo econômico capitalista-dependente implantado no Brasil. É o que demonstra a autora neste artigo.

PÁGINA 30



PERFIL DA JUVENTUDE BRASILEIRA

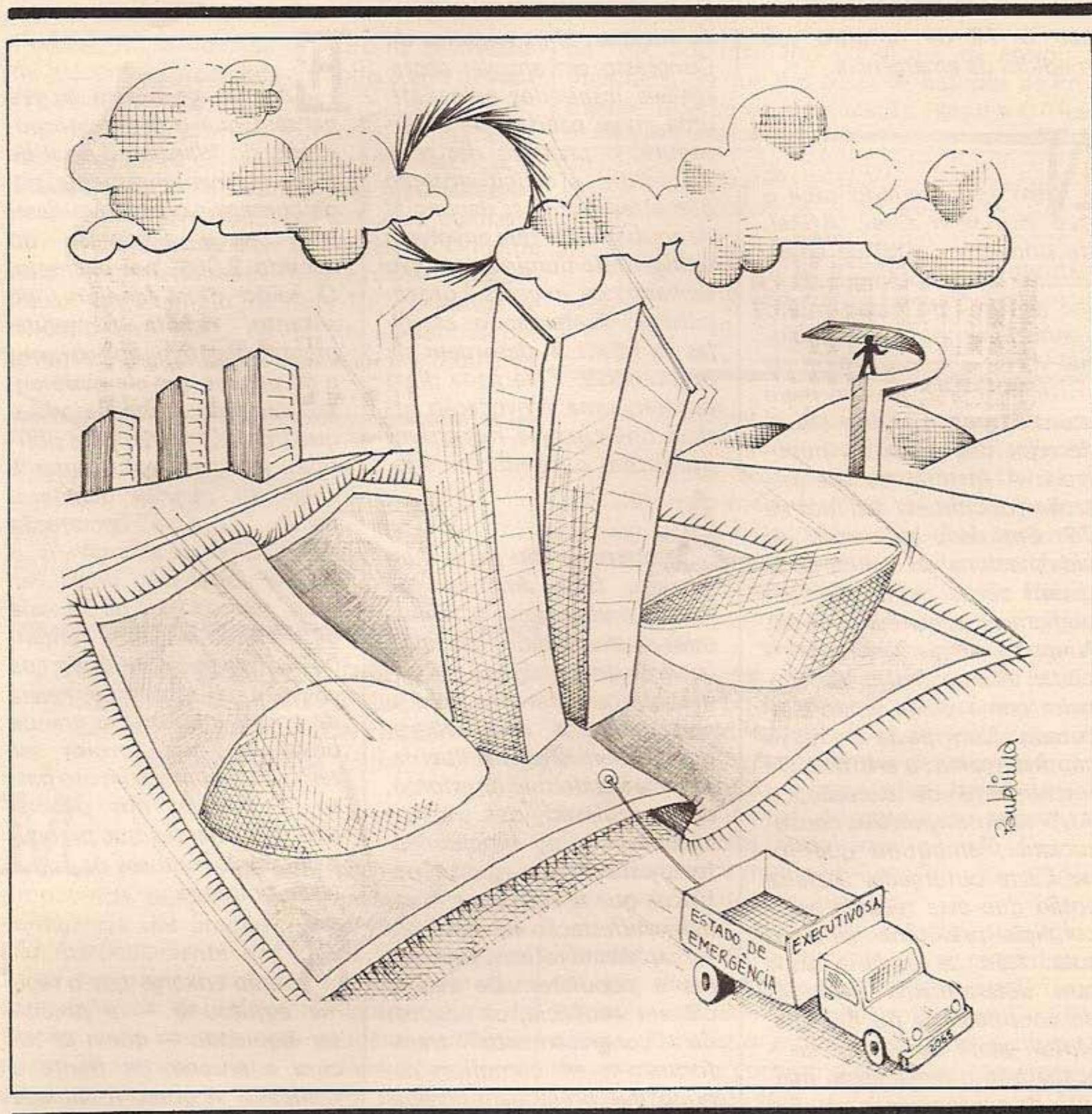
Neste artigo, primeiro de uma série que publicaremos sobre o tema, o autor traça o perfil da juventude brasileira e destaca sua trajetória de lutas ao longo da História. Aponta a importante conclusão de que a Juventude está chamada a desempenhar um papel de primeira grandeza no processo político em curso e na luta pela libertação de nosso povo das peias da repressão, do atraso e do obscurantismo.

PÁGINA 40



A Revista Princípios é uma publicação trimestral da Editora Anita Garibaldi Ltda. — Rua Major Quedinho, 300, sala 3 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01050 — Telefone: 37-7298 — Jornalista Responsável: João Amazonas — Reg. Profissional nº 1.258 — Fls. 196 - livro 4 - de Porto Alegre, em 27/08/1958 — Assinatura (4 números) Cr\$ 3.200,00. Para o Exterior US\$20. Enviar cheque nominal para Editora Anita Garibaldi Ltda.

Capa: "Combate" - Quadro de José Clemente Orozco - Pintor e muralista mexicano.



ABERTURA... EMERGÊNCIA...

E lá se foram os adornos quiméricos da abertura política. Num gesto inopinado o

governo mandou às favas o seu propalado liberalismo. Não chegou sequer a preparar a cena. Tudo se passou muito rapidamente como manda o

figurino autoritário. Tropas na rua, cerco da cidade, invasão de domicílio e um senhor general investido de poderes excepcionais. Brasília anoite-

ceu o 19 de outubro sob medidas de emergência.

Nem todo mundo sabe o que isso vem a ser. Afinal, de onde vem a tal da emergência? Apresentêmo-la. É filha legítima do nosso muito conhecido Ato Institucional nº 5, o famoso AI/5 de triste memória. Nasceu meio aturdida pelo barulho ensurdecido dos protestos populares. A história de sua gestação foi contada nos idos de 76. Em dado momento da vida nacional os militares se deram conta de que já não podiam governar como antes. Ninguém mais aceitava o poder discricionário da maneira como vinha sendo executado. Num passe de mágica, disfarçaram o arbítrio. De instrumento de exceção, o AI/5 virou dispositivo constitucional, embutido que foi na Carta outorgada. Dizia-se então que esse recurso era a condição preliminar da abertura. Não se poderia abrir sem determinadas garantias de continuidade do Sistema. Muita gente bateu palmas - acabara-se o mecanismo maldito da excepcionalidade. Puro engano! A mudança era apenas de forma. O despotismo hibernava na figura política do estado e das medidas de emergência.

Em essência um estado de sítio, ou de guerra usado na época da ditadura getuliana de 1937 a 1945. Com uma diferença: o sítio demanda certa aprovação do Congresso, as emergências, não. Para viger basta surgir forte resistência aos projetos e à política do Planalto, como acaba

de suceder. Uma negativa do Congresso em aprovar decretos-leis inspirados pelo FMI; uma greve pacífica de envergadura; o protesto das massas contra a difícil situação que atravessam; as denúncias de roubafeiras que envolvem a oligarquia dominante — são tachados de ameaças à ordem pública. Pretextando afastá-las impõem a desordem da prepotência. E se nada disso ocorrer, uma provocação urdida nos círculos repressivos produzirá o mesmo efeito.

A abertura não passa dum engodo. É o ambiente de estufa onde vegeta o regime militar, desgastado, desmoralizado, desacreditado. Regime que se mantém com o concurso dos conciliadores que sonham chegar à liberdade pela via do menor esforço, da capitulação, das súplicas ao consenso, ao entendimento... para alargar espaços políticos que se restringem a cada manifestação resoluta das forças democráticas, patrióticas e populares. De cedência em cedência, os adeptos do "congraçamento" transformam-se em cúmplices daquilo que pretendem combater. Fingem não ver que a mão estendida do Presidente é um simples ardil. Não é a mão de quem oferece, mas de quem pede, impondo. Que todos se juntem a ele, chefe supremo da grei castrense, para prosseguir no malogrado roteiro da antidemocracia. No seu entendimento, abertura é para manter e não para terminar o regime que favorece o domínio de poderosos interesses estrangeiros no país, que nega o povo no encaminhamento de questões vitais do presente e do futuro de nossa pátria.

Enganam-se, porém, os que pensam que o ato despropósito do Planalto é sinal de força. Momentaneamente, pode conseguir o objetivo desejado — a aprovação do decreto 2.065, por exemplo. O saldo dessa conjura, no entanto, resulta tremendamente negativo ao governo e ao sistema que ele representa. Vai agravar mais ainda o quadro das contradições políticas internas, aprofundar a crise em que se debate a nação. Com a decretação das medidas de emergência, o regime aparece, uma vez mais, sem os véus da fantasia da pretensa abertura, tentando salvar-se por meio da exceção. E assim se revela de corpo inteiro — o grande obstáculo que precisa ser removido, como primeiro passo, à solução dos problemas angustiantes que preocupam amplos setores da população brasileira.

Só não enxerga que o regime esgotou-se — e precisa ser liquidado — quem se recusa a encarar de frente a realidade. A quase totalidade dos que vivem neste país compreendem que os males que tão duramente afetam a nação, foram gestados no ventre infectado da ditadura militar. Não podem ser tratados com as mezinhas do gradualismo inócuo. Exigem a intervenção decidida do povo e das forças de oposição autêntica.

Destarte chegará o dia em que Brasília amanhecerá radiosa com a liberdade que todos haveremos de conquistar.

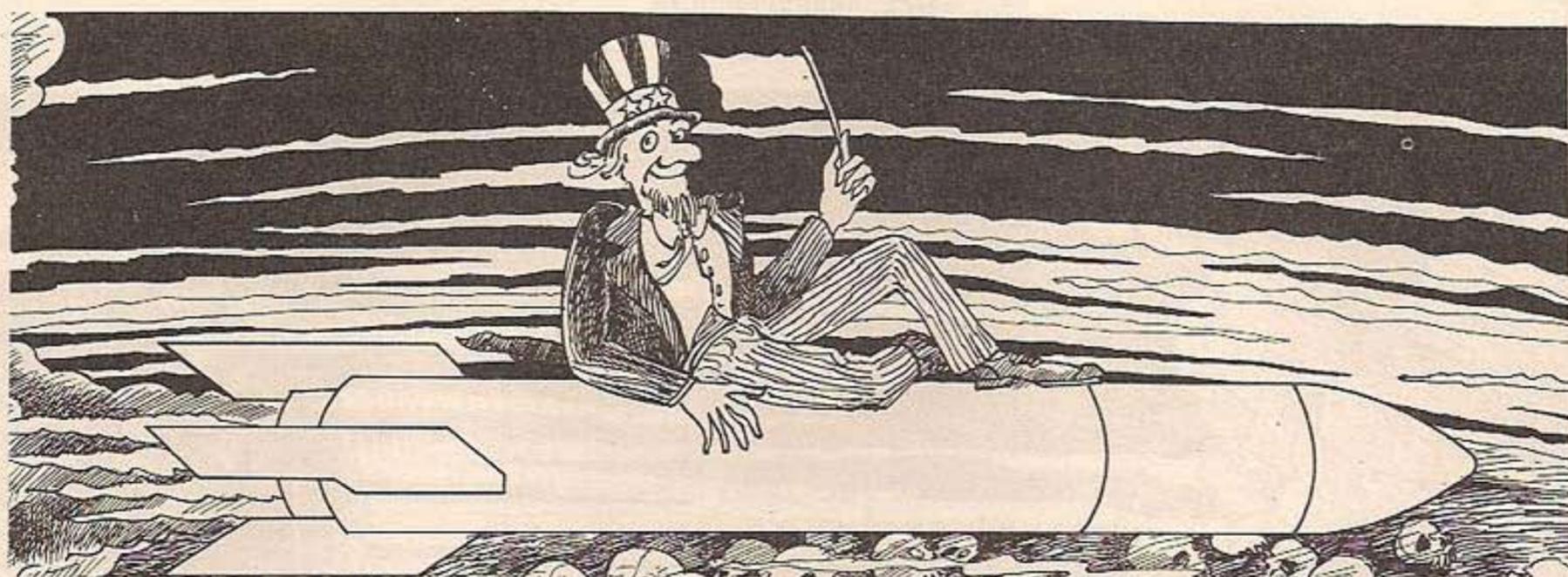


Ilustração Agostinho Gisé

O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO - INIMIGO DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA E DE TODO O MUNDO

João Amazonas

A nova escalada agressiva e belicista do imperialismo norte-americano em todos os cantos do mundo e particularmente na América Latina constitui uma mudança de tática, com o predomínio do uso da força armada e da intervenção militar.

O mundo de nossos dias vive período agitado por comoções sociais, perturbações econômicas, choques armados, preparativos de guerra. O capitalismo revela toda a perversidade de um sistema que somente pode manter-se por mais algum tempo através da brutal espoliação dos povos, da exploração infrene da classe operária, da fabricação maciça de armamentos so-

fisticados, da disputa pela hegemonia mundial.

O processo inevitável de monopolização da economia, concentrada nas mãos dos grupos mais poderosos, e o desenvolvimento desigual do regime capitalista conduziram à formação de duas superpotências - os Estados Unidos e a União Soviética - que se digladiam na ânsia de vir a ser o senhor absoluto de todo o Planeta. Ambas operam nos cinco Continentes, embora tenham áreas privilegiadas de atuação nas quais

Ilustração Agostinho Gisé



se consideram forças dominantes exclusivas. Tanto uma como a outra tentam esmagar a revolução, verdadeiro e grande empecilho à realização de seus planos neocolonialistas. Encontram, porém, a resistência sempre maior dos explorados e oprimidos que redobram a vigilância e a luta revolucionária na procura da saída libertadora.

CONTINENTE EM EBULIÇÃO REVOLUCIONÁRIA

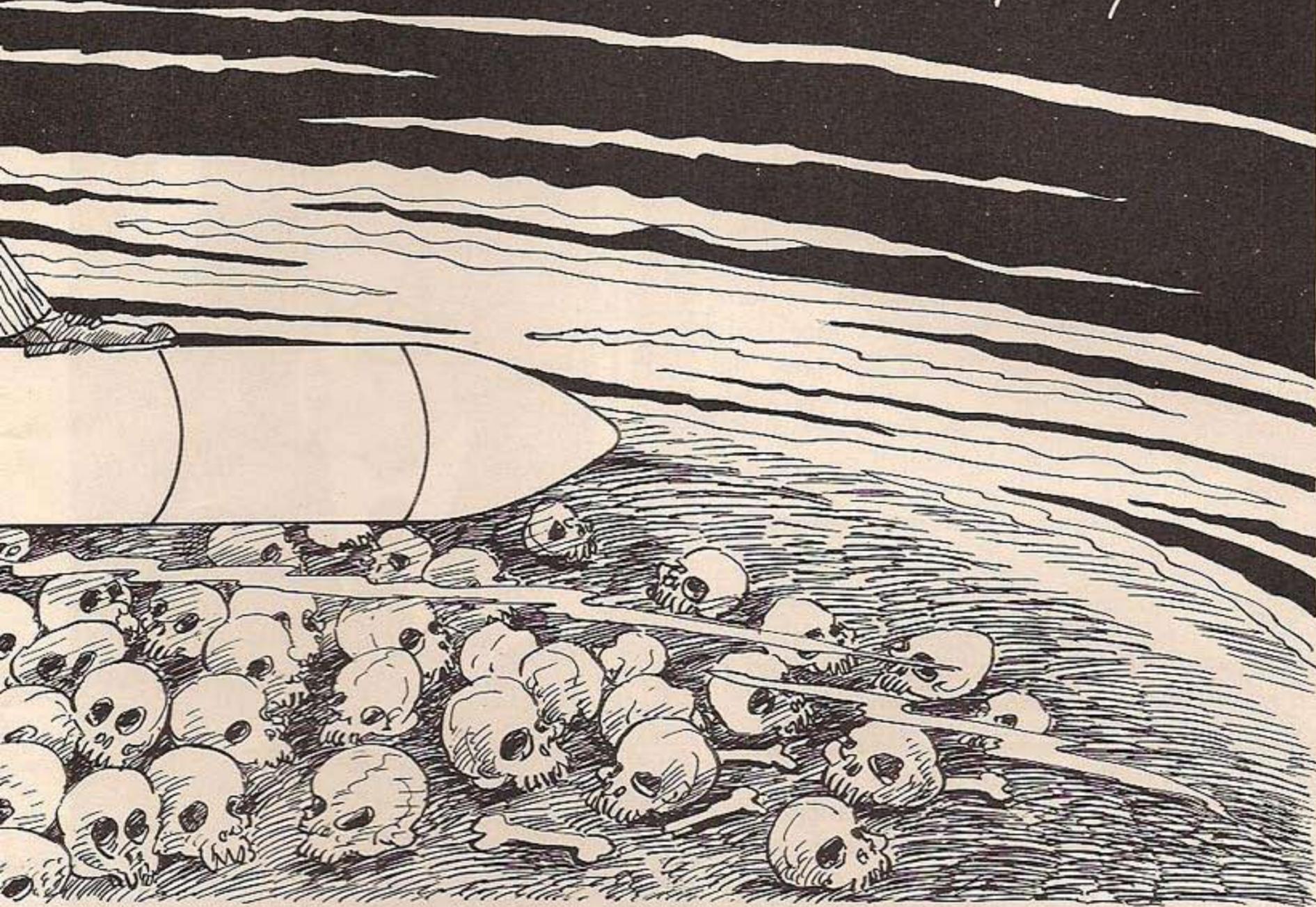
A América Latina é uma extensa zona de controle do imperialismo norte-americano. Há cinco ou seis décadas, este imperialismo empenha-se diligentemente em submeter aos seus interesses o conjunto do Hemisfério. Os países que o compõem são formalmente independentes desde os albores do século XIX. Pouco desenvolvidos, com uma estrutura retrógrada e conservadora, foram caindo na dependência estrangeira, primeiro da Inglaterra, depois do chamado colosso do Norte. Na atualidade, através-

sam uma fase duríssima de dificuldades econômicas, enfrentam crises agudas e sofrem agressões militares.

Os Estados Unidos são os principais algozes dos povos latino-americanos. Nos anos 60 e 70 fomentaram os golpes militares que se sucederam do lado do Atlântico e do Pacífico. Sob a sua inspiração e comando direto, alastraram-se as ditaduras fascistas de Norte a Sul.

Os Estados Unidos são os principais algozes dos povos latino-americanos. Nos anos 60 e 70 fomentaram os golpes militares que se sucederam do lado do Atlântico e do Pacífico. Sob a sua inspiração e comando direto alastraram-se as ditaduras fascistas de Norte a Sul. Era a resposta que davam aos anseios de progresso das massas, às lutas destemidas pela democracia e a libertação nacional. Sem contar com suficiente apoio político, apelaram para

Agostinho Gini



os generais dos diversos países treinados nas Academias e Escolas de Guerra dos Estados Unidos, onde se incutem as idéias desnacionalizantes da propalada interdependência, as concepções do anticomunismo e do elitismo de casta. Usurpando o Poder, os regimes castrenses desbravaram o caminho à penetração das multinacionais, entregaram as riquezas naturais aos monopólios alienígenas, contraíram dívidas vultosas que escravizam as nações latino-americanas aos banqueiros da América do Norte, da Europa, do Japão.

Em contraposição a essa política antinacional e antipopular espalhou-se como labaredas sopradas por ventos de verão a revolta das massas populares. Despontaram vigorosos movimentos pela liberdade, em defesa da independência que fora alienada. Na América Central ruíu o bastião somozista e a Nicarágua livrou-se do secular opressor estrangeiro. O povo de El Salvador aproxima-se da vitória em combates heróicos contra a reação. Em toda a área do Caribe o sentimento revolucionário se manifesta intensamente. No sul do Continente, progride a luta contra os regimes militares. Os povos

desta parte do mundo já não se conformam com a atitude servil de seus governantes frente ao imperialismo. A classe operária vai ocupando o seu posto de vanguarda. Ergue a bandeira do socialismo, realiza poderosas greves que se transformam em conflitos de rua de envergadura com as forças reacionárias. Os camponeses reclamam de arma em punho a posse da terra. Os patriotas em geral insurgem-se contra a vergonhosa submissão aos monopolistas estrangeiros. A América Latina se converte num Continente em plena ebulição revolucionária.

O último ataque à pequena ilha de Granada, democrática e pacífica, que nenhum perigo pode representar para os Estados Unidos, é bem uma demonstração do grau de intolerância e agressividade da política da Casa Branca.

Precisamente por isso, os Estados Unidos passam a uma nova fase nas suas relações com esta parte da América. As fortalezas internas em que se apoiavam vão ruindo, ou desmoraliz-

zando-se, uma a uma. Chegou o momento da intervenção armada direta para manter suas posições. Tropas norte-americanas invadem países soberanos. Suas esquadras, violando preceitos do direito internacional, organizam o bloqueio dos mares que circundam as nações libertadas ou em luta por sua completa emancipação. Em Honduras, El Salvador, Nicarágua, Guatemala e outros países ativam-se forças contra-revolucionárias dirigidas pelo Estado-Maior estadunidense. O último ataque à pequena ilha de Granada, democrática e pacífica, que nenhum perigo pode representar para os Estados Unidos, é bem uma demonstração do grau de intolerância e agressividade da política da Casa Branca. Já anteriormente, os Estados Unidos colocaram-se ao lado da Inglaterra na expedição colonialista às Malvinas.

Estamos diante de mudança de tática do imperialismo estadunidense que, agora, usa a força armada, a intervenção sem máscara em todos os lugares onde avança o movimento progressista.

Esta atividade belicista do país de Ronald Reagan no Continente chama a atenção de todos os patriotas e democratas latino-americanos. Estamos diante de mudança de tática do imperialismo estadunidense que, agora, usa a força armada, a intervenção sem máscara em todos os lugares onde avança o movimento progressista. Encontramo-nos em face de um novo ciclo de invasões, de guerra aberta dos Estados Unidos contra os povos deste e de outros Continentes. O antigo método de se camuflar atrás das ditaduras e das oligarquias reacionárias já não surte o efeito desejado por Washington. Elas perderam todo o apoio e o respeito dos povos, são tão odiadas quanto os opressores estrangeiros. Na América Latina, os militares tidos erroneamente em alguns setores sociais como salvadores da pátria caracterizaram-se nestes últimos quinze/vinte anos como entreguistas consumados, inimigos da liberdade, serviçais do capital imperialista.

O antigo método de se camuflar atrás das ditaduras e das oligarquias reacionárias já não surte o efeito desejado por Washington.

Indubitavelmente, os conflitos em curso



João Amazonas

neste Hemisfério não são circunstanciais, nem se restringem ao nosso Continente. Relacionam-se com a política agressiva dos Estados Unidos no mundo inteiro.

NOS QUATRO CANTOS DO MUNDO

O mesmo cinismo manifestado pelo governo ianque no assalto à Granada observa-se nas hostilidades desatadas nas terras dilaceradas do

Líbano. Ali, ironicamente apresentadas como forças de paz, as tropas estadunidenses bombardeiam populações indefesas, matam indiscriminadamente mulheres e crianças, alvejam hospitais e escolas. Não faz muito, aliadas a Israel, praticaram o genocídio de Sabra e Chatila que comoveu o mundo pela crueldade muito semelhante aos horrores do tempo do nazismo. Também na África, em companhia da França, os Estados Unidos intervêm na guerra civil do Chade. A fim de sustentar um regime reacionário e corrompido, milhares de pára-quedistas, instrutores e técnicos militares norte-americanos chegaram e entraram em ação naquele país do Continente negro.

Atualmente, há soldados americanos em quase todo o Globo. Cerca de 350 bases militares foram implantadas em numerosos países.

Os Estados Unidos distribuem suas forças pelos quatro cantos do mundo com propósitos imperialistas. Atualmente há soldados americanos em quase todo o Globo. Cerca de 350 bases militares foram implantadas em numerosos países: na Austrália, no Japão, na Groenlândia, Islândia, Escócia, nas Bermudas, em Cuba, no Panamá, na Grã-Bretanha, Espanha, Ilha da Ascensão, em Portugal, nas Filipinas, Coreia do Sul, Alemanha Ocidental, em Madagascar, na Turquia, no Omã, Egito, Grécia e Itália. Além disto, há também bases não-americanas em outros muitos lugares, nos quais é garantido o livre acesso aos militares ianques. Na Iugoslávia ocorre fato *sui generis*: este ano 5.000 soldados dos Estados Unidos passarão ali um período de férias, como turistas. Pagarão suas despesas em dólares, o que agrada sobremaneira os governantes locais. Estranhos turistas...

DIVERSIONISMO PROPAGANDÍSTICO

Inegavelmente, invadir nações soberanas, manter tropas em outros países, não é coisa tão simples. Encontra de imediato a condenação e a repulsa dos povos. Este o motivo por que todo agressor tenta justificar suas ações militares através de propaganda enganosa. Os Estados

Unidos invocam, a cada momento, o perigo da expansão soviética, cubana e até mesmo da Líbia. Dizem que são defensistas, suas tropas estariam a serviço de uma cruzada humanitária, democrática, em prol da paz ameaçada. Sua função seria preventiva. Se usam armas sofisticadas e de extermínio em massa isto seria uma necessidade para esmagar o poderio do inimigo russo, cubano e líbio emboscados em países que não os seus. Acontece que, consumado o ataque norte-americano, fácil é constatar que o tal poderio não existia, ou reduzia-se a algo de pouca significação. É certo que a União Soviética intromete-se em toda a parte tratando de estender sua influência social-imperialista, inegavelmente constrói bases militares fora de suas fronteiras. Onde, porém, existem essas bases e poderio real da URSS, os Estados Unidos lá não vão. Ao menos por enquanto. Os soldados do "Tio Sam" colocam-se em posições estratégicas e investem sobretudo contra a revolução, contra o movimento antiimperialista e democrático que floresce em muitos lugares, na América Latina em particular. Visam derrubar governos que não se compõem politicamente com o capital financeiro estadunidense ou impedir a vitória de regimes populares. As alegações dos agressores ianques para justificar suas ações bestiais não contêm nenhum traço de verdade, são mero expediente diversionista.

DOMÍNIO MUNDIAL, O OBJETIVO

A atividade principal do imperialismo — tenha suas raízes fincadas em Washington ou Moscou — é, na atualidade, o expansionismo, a conquista do domínio mundial. Sua estratégia, econômica e militar, persegue este fim. A ela se subordinam os deslocamentos bélicos e os empreendimentos financeiros que realiza. As bases e a presença militar servem de instrumento de pressão e de controle dos países onde se instalam. Ajudam a quebrar certas resistências nacionalistas, criam condições para a dependência em relação aos Estados Unidos ou à União Soviética. É típico, aliás, o que está acontecendo na Europa. A controvérsia em torno da implantação de mísseis americanos nesse Continente não diz respeito propriamente a estabelecer equilíbrio de força entre as duas superpotências, e menos ainda tem que ver com a proteção do Ocidente. Ambos os lados, Leste ou Oeste, dispõem de armamentos em quantidades excessivas para o ataque ou a defesa em qualquer

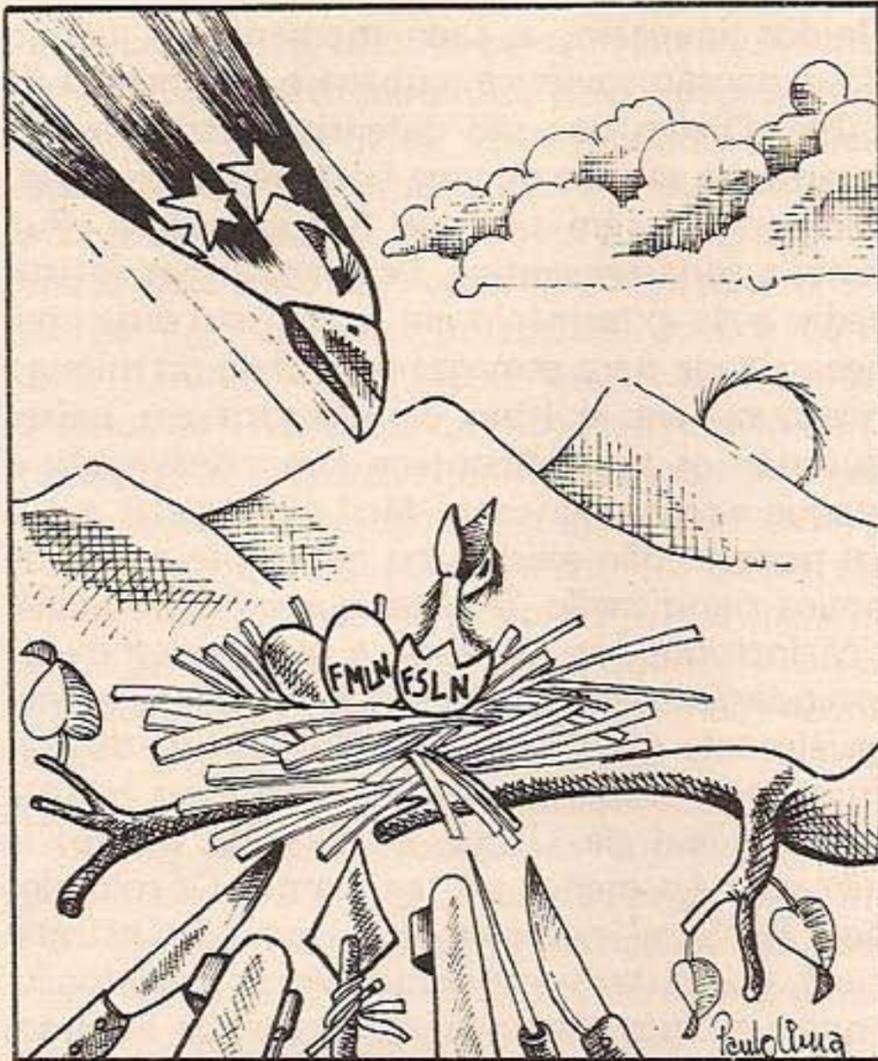


Ilustração Paulo Lima

nível. Com essa medida os Estados Unidos procuram submeter a Europa Ocidental à sua influência decisiva, pôr fim à política de independência européia frente aos Estados Unidos, política defendida, durante certo tempo, pelos gaulistas franceses e sociais-democratas alemães. A pressão econômica, manejada no curso da profunda crise que se abate sobre o mundo, é também meio de sujeição de muitas nações.

Exércitos poderosos das duas superpotências defrontam-se em muitos lugares, mísseis atômicos apontam em direções cruzadas, navios de combate carregando arsenais destruidores passam uns pelos outros nos sete mares. Um acidente de maior vulto em áreas de intensa competição soviético-norte-americana poderá destravar as armas de largo alcance e envolver o Planeta na maior carnificina de todos os tempos.

Essa política de domínio mundial é o verdadeiro motivo das agressões norte-americanas na América Latina e em outras regiões. Aqui, os Estados Unidos não admitem que os povos se levantem reclamando liberdade e independência. Não consentem que se formem gover-

nos de oposição aos seus interesses.

É o que faz também em muitos outros pontos do Planeta a União Soviética.

Da acirrada disputa pelo completo domínio do mundo surge o perigo de guerra, cada dia maior. Exércitos poderosos das duas superpotências defrontam-se em muitos lugares, mísseis atômicos apontam em direções cruzadas, navios de combate carregando arsenais destruidores passam uns pelos outros nos sete mares. Um acidente de maior vulto em áreas de intensa competição soviético-norte-americana poderá destravar as armas de largo alcance e envolver o Planeta na maior carnificina de todos os tempos. Em função do que? Da supremacia de um dos bandos, vencedor no gigantesco conflito interimperialista. Se é que haveria vencedor...

A revolução germina com grande força. Nos embates que se aproximam, os povos seguramente ajustarão as contas finais com os monstros insaciáveis do capitalismo moribundo.

Certamente, o domínio do mundo por um único país é sonho de louco. Hitler alimentou tais ilusões, imaginando o império nazista dos mil anos. Os planos norte-americanos, bem como os dos soviéticos, de hegemonia mundial, jamais serão realizados. Obedecem, sem dúvida, a leis objetivas, uma vez que o monopólio é a essência mesma do desenvolvimento do capitalismo na sua última fase. Mas essas leis esboçam-se pelas próprias contradições geradas no interior do sistema imperialista. A revolução germina com grande força. Nos embates que se aproximam os povos seguramente ajustarão as contas finais com os monstros insaciáveis do capitalismo moribundo. Várias vezes os Estados Unidos tentaram esse domínio, e fracassaram. Não o conseguiram depois da II Grande Guerra quando desfrutavam do monopólio atômico. Sofreram derrotas históricas na guerra da Coreia e na agressão ao Vietnã. Seus projetos malogram na América Latina: ao invés de paz dos sepulcros que pretenderam impor nestes vinte anos, revolta das massas, indignação antiamericana, ascenso revolucionário em todo o Continente.

Inevitável será a vitória dos povos.

PTA-UMA POLÍTICA A SERVIÇO DO SOCIALISMO, DA LIBERDADE E DA INDEPENDÊNCIA*

*Ramiz Alia***

Baseada nas próprias forças, a Albânia Socialista avança no cumprimento das tarefas do 8º Plano Quinquenal.

E pratica, no plano externo, uma política que garante a liberdade e a soberania da pátria.

A situação econômica, política e moral de nosso país é bastante sadia. Durante o ano de 1982 e também no ano em curso, aplicando-se as decisões do 8º Congresso do Partido, foram alcançados em nosso país importantes êxitos em todos os setores da produção social, na renda nacional, na realização dos planos de desenvolvimento econômico.

Esses êxitos ganham destaque, se levamos em conta que foram alcançados com base unicamente nas nossas próprias forças, sem nenhum tipo de crédito ou ajuda do exterior, e ultrapassando uma série de dificuldades com

* Discurso pronunciado em Bajram Curri (Região de Troja) em 25/06/83

** Ramiz Alia é Secretário do C.C. do PTA e Presidente do Presidium da Assembléia Popular da RPSA

que nos defrontamos nos últimos anos.

Refiro-me em particular à extraordinária seca ocorrida nos dois últimos anos. Enquanto em certos países a seca tem acarretado uma verdadeira catástrofe para o povo, em nosso país ela foi vencida com sucesso. Esta vitória se deve à justa e clarividente política que o nosso Partido tem levado à prática durante longos anos, para construir passo a passo um amplo sistema de irrigação a serviço de nossa agricultura socialista. E, como recomendou o camarada Enver Hoxha no ano passado em Drilon, nós devemos levar mais adiante esta grande obra, estendendo o sistema de irrigação às zonas de colinas e montanhosas.

Outrossim, os êxitos do período posterior ao 8º Congresso do Partido cobram uma importância especial pelo fato de que foram obtidos num período em que em todo

o mundo capitalista-revisionista prosseguiu a crise econômica, que, embora não tenha sido sentida nem um pouco pelo nosso povo, criou-nos determinadas dificuldades no domínio da importação-exportação. Somente na Albânia não há a estagnação e a queda da produção, como ocorre nos países capitalistas e revisionistas, mas, ao contrário, em nosso país verifica-se um constante e rápido crescimento. Na Albânia não há desemprego, mas, ao contrário, anualmente são criados mais de 40 mil novos empregos, em lugar de 20 mil que eram criados há duas décadas. Em nosso país não há inflação nem aumentos de preços, mas apenas rebaixas de preços, como aconteceu no ano passado e neste ano.

A situação saudável e a estabilidade de nossa economia socialista vêm a tona com mais clareza se temos em conta a grave situação vigente nos países capitalistas e sobretudo nos países revisionistas, como a Iugoslávia, a Polônia e outros, que se encontram à beira do abismo, cada qual devedor de mais de 20 bilhões de dólares.

UNIDADE DE AÇO PARTIDO-POVO

Os resultados econômicos obtidos tornaram ainda mais sólida do que nunca a situação política em nosso país, que se caracteriza por uma unidade de aço de todo o povo em torno do Partido, tendo à sua frente o camarada Enver Hoxha.

Esta unidade se expressa no elevado espírito de mobilização de todo o povo para colocar em prática a linha e as orientações do Partido, para realizar as tarefas da construção socialista e da defesa do país.

As eleições para a Assembléia Popular, assim como as eleições para os conselhos e tribunais populares, que têm sido sempre uma expressão da confiança do povo na linha do Partido, com os seus brilhantes resultados, demonstraram mais uma vez a inquebrantável unidade de todo o povo em torno do Partido, sua inabalável vontade de marchar no caminho por ele indicado. Estas eleições reforçaram ainda mais o nosso poder popular, arma poderosa para a defesa das vitórias alcançadas e para a construção da sociedade socialista, e tornaram ainda mais sólidos e estreitos os seus laços com o povo.

Esta grande unidade do povo em torno do Partido foi testemunhada com uma especial vivacidade pelos congressos das Uniões Profissionais, da Juventude e das Mulheres.

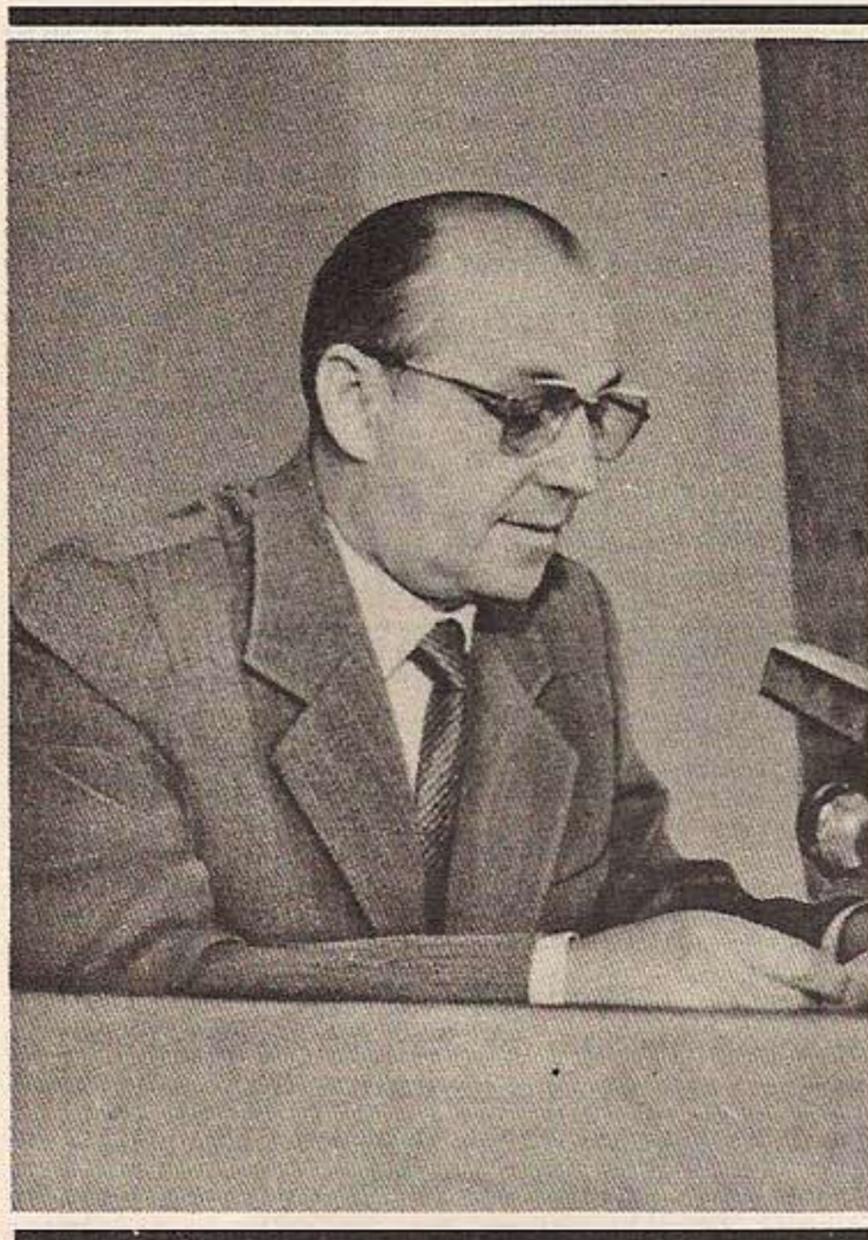
A brilhante unidade do nosso povo em torno do Partido foi e é forjada na luta de classe incessante contra os inimigos internos e externos, que se esforçam por derrocar o socialismo, nossa pátria e o povo albanês.

A brilhante unidade do nosso povo em torno do Partido foi e é forjada sempre mais na luta de classe incessante contra os inimigos internos e externos, que se esforçam por derrocar o socialismo, nossa pátria e o povo albanês. Esta unidade monolítica é a rocha granítica em que quebraram a cabeça todos os inimigos e que levou todos os seus planos ao fracasso. Diante da unidade de nosso Partido e nosso povo, também transformou-se em pó e cinza o perigoso complô do agente secreto dos titistas, dos imperialistas americanos e ingleses e dos revisionistas soviéticos, Mehmet Shehu e seu bando.

A nossa vida social caracteriza-se pelo otimismo e pela pureza moral de nossa gente. A nova geração da Albânia socialista cresce sadia sob os cuidados do Partido, inspirada e imbuída por elevados ideais revolucionários. Para o nosso país são estranhos os fenômenos da degeneração moral, da falta de perspectiva e do pessimismo, da criminalidade crescente e outras manifestações, que envenenam a atmosfera social nos países burgueses e revisionistas e que refletem a putrefação e a desagregação da ordem capitalista. Em todos os sentidos manifesta-se a superioridade de nossa ordem socialista, a superioridade do marxismo-leninismo, a justeza da linha do Partido e dos ensinamentos do camarada Enver.

INICIATIVA E MOBILIZAÇÃO EM TODOS OS TERRENOS

As nossas conquistas em todos os terrenos, que são alcançadas com nosso trabalho e nossa luta, segundo o grande princípio de apoiar-se nas próprias forças, fazem com



Ramiz Alia

que miremos com pleno otimismo nosso presente e nosso futuro. O atual nível de desenvolvimento permite que nos coloquemos tarefas ainda mais arrojadas. Nós não nos mantemos imóveis. Nem muito menos fechamos os olhos face aos problemas, às dificuldades e aos obstáculos com que nos defrontamos no nosso caminho, nem aos erros que cometemos no trabalho, mas lutamos com decisão revolucionária para vencê-los.

Para que alcancemos os objetivos colocados pelo Partido é indispensável concentrarmos toda a atenção e mobilizarmos todas as forças para cumprir o plano em todos os sentidos, é mister encontrarmos os caminhos e explorarmos todas as possibilidades e reservas para inclusive superarmos o plano. Acima de tudo, devemos aumentar os esforços para realizar as tarefas na agricultura, que é a base vital de nossa economia socialista. Apesar dos progressos verificados nesta região na produção de cereais panificáveis, os rendimentos, principalmente do milho, ainda estão abaixo das possibilidades e longe das conquistas de algumas regiões que possuem condições semelhantes, como as regiões de Mirdita e Librazhd, entre outras. É preciso lutar para que, com um trabalho po-

derosamente baseado na ciência, sejam exploradas ao máximo todas as possibilidades existentes.

O abastecimento regular e constante da população da cidade e do campo com produtos agrícolas e sobretudo pecuários, continua sendo uma das principais tarefas. Vocês, trabalhadores de Tropoja, alcançaram bons resultados na produção de leite do gado menor, mas estão atrasados no que se refere à criação do gado vacum, do qual extraem pouco leite. Isto ocorre porque, ao passo que se faz um bom trabalho nos pastos naturais, não se dedica a atenção necessária às culturas forrageiras. O quanto antes deve-se operar uma viragem nesse domínio.

Como têm acentuado constantemente o Partido e o camarada Enver, para a realização dos planos no estágio atual de desenvolvimento intensivo de nossa economia socialista, assume importância especial o crescimento incessante da produtividade do trabalho, de onde se deve assegurar cerca da metade do aumento da produção. Por isso devemos dedicar a maior atenção a este fator, na indústria e na agricultura, na construção e em todos os outros setores da produção, tornando-o uma questão de honra para todos os trabalhadores. Isto exige também que a produção, a direção da economia e qualquer outro trabalho sejam melhor assentados sobre bases científicas.

O objetivo da construção do socialismo é o atendimento cada vez melhor das necessidades materiais e espirituais dos trabalhadores, a incessante melhoria das suas condições de vida.

O objetivo da construção do socialismo é o atendimento cada vez melhor das necessidades materiais e espirituais dos trabalhadores, a incessante melhoria das suas condições de vida. O Partido exige que isto esteja sempre no centro da atenção dos órgãos dirigentes do poder e da economia. Mas, isto depende, em primeiro lugar, de vocês, operários e camponeses, porque são vocês que produzem os bens materiais e somente sobre esta base, somente quando os planos são realizados e ultrapassados, torna-se possível atender as necessidades como se deve e elevar

o bem-estar do povo com os ritmos desejados.

DEFENDER A PÁTRIA E O PODER POPULAR

Paralelamente ao cumprimento das tarefas econômicas, não esqueçamos por um momento sequer a indispensabilidade de fortalecermos diuturnamente a defesa do país, que, como nos ensinam o Partido e o camarada Enver, é uma questão de todo o povo e uma tarefa acima de todas as demais. É algo muito bom que os habitantes de Tropoja transmitam, geração após geração, as brilhantes tradições de patriotismo e coragem, de disposição para colocar-se sempre de pé e com armas nas mãos para defender a pátria.

Devemos desenvolver e aprofundar cada dia mais a democracia socialista, através de uma participação ainda maior e mais ativa das amplas massas trabalhadoras no governo do país.

As tarefas que temos diante de nós e a situação interna e externa do país, exigem que fortaleçamos ainda mais o poder popular em todos os elos, que o transformemos numa arma cada vez mais eficaz da construção e da defesa do socialismo e da pátria, que ampliemos e intensifiquemos ainda mais os seus laços com as massas do povo. Sobre tudo, exigem que desenvolvamos e aprofundemos cada dia mais a democracia socialista, através de uma participação ainda maior e mais ativa das amplas massas trabalhadoras no governo do país. Em nosso país, é o povo quem está no poder, o socialismo é construído pelas próprias massas, sob a direção do Partido, por isso a elas cabe o direito de fazerem ouvir sua palavra em tudo, na produção, na direção da economia, nas questões atinentes à defesa do país em todos os domínios de nossa vida social e estatal.

A democracia proletária, a participação do povo no governo, ensina-nos o Partido, não é apenas um direito, mas também uma indispensabilidade para manter sempre forte e inquebrantável a ditadura do proletariado, uma grande força motriz para levar adiante sem se deter a revolução e a construção do socialismo. Agora vocês estão discutindo

o projeto de plano para 1984, o 4º ano do quinquênio. Dêem toda a sua contribuição para elaborar um plano o mais realista, mobilizador e revolucionário que for possível.

Acima de tudo, hoje mais do que nunca, impõe-se que mantenhamos sempre elevado o patriotismo e o espírito revolucionário de nosso maravilhoso povo, para o florescimento e a defesa da pátria socialista, que reforçemos ainda mais a unidade do povo em torno do Partido, com o camarada Enver Hoxha à frente. Nisto encontra-se a garantia segura da liberdade, da independência e do futuro socialista de nosso país.

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E DE PRINCÍPIOS

Nós construímos o socialismo, realizamos os planos do Estado, cumprimos as tarefas que o Partido nos delega no quadro de condições determinadas da situação e das relações internacionais. De uma ou de outra forma, num ou noutro grau, essas condições exercem uma influência direta sobre nós. Por isso, extraímos as conclusões necessárias e tomamos as medidas adequadas para enfrentá-las.

Como resultado da intensificação do curso agressivo dos Estados Unidos e da União Soviética, a situação internacional continua deteriorando-se e carregando-se com novos conflitos e tensões.

Como resultado da intensificação do curso agressivo dos Estados Unidos e da União Soviética, a situação internacional continua deteriorando-se e carregando-se com novos conflitos e tensões. A característica do agravamento atual da situação é que ele ocorre no período de uma das mais amplas e mais profundas crises que o mundo capitalista já atravessou. Isto conduziu ao aumento da violência burguesa, não apenas no plano interno a fim de conter e reprimir a insatisfação e as revoltas dos operários, mas também no plano externo, a fim de intensificar o saqueio neocolonialista e ocupar melhores posições na luta pela expansão e a hegemonia entre os países imperialistas. Exemplos

desse curso agressivo e desses planos escravizantes são a ocupação do Afeganistão pelos socialimperialistas soviéticos, o ataque israelense ao Líbano, com o incitamento e o apoio de Washington, a intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua ou o respaldo que dão ao regime fascista de El Salvador para sufocar a insurreição popular, assim como a desenfreada corrida armamentista.

Nosso povo tem lutado incansavelmente contra o imperialismo norte-americano, o socialimperialismo soviético e todas as demais forças reacionárias. Somos solidários com as vítimas da política agressiva das superpotências.

Nessas condições e situações complexas e difíceis, a Albânia socialista, dirigida por seu heróico Partido com o camarada Enver Hoxha à frente, tem seguido uma política externa de princípios e adotado posições que têm servido ao fortalecimento da liberdade e da independência da pátria, à consolidação das vitórias de nossa revolução. Partindo da salvaguarda dos elevados interesses de nosso país e da tarefa de contribuir com todos os nossos esforços possíveis na luta comum dos povos pela libertação nacional e social, nosso povo tem lutado incansavelmente contra o imperialismo norte-americano, o social-imperialismo soviético e todas as demais forças reacionárias. Nós sempre temos sido e somos solidários com as vítimas da política agressiva das superpotências e temos desmascarado com decisão os seus planos rapaces e belicistas. Todas as nossas simpatias vão para os povos árabes que lutam contra os sionistas israelenses pelos seus direitos, vão para o sofrido povo palestino ao qual assiste o inalienável direito de possuir a sua pátria e o seu Estado. Nós estamos com os povos da América Latina, que buscam livrar-se das bárbaras intervenções dos imperialistas norte-americanos e do jugo das oligarquias reacionárias a serviço de Washington. Estamos ao lado dos povos africanos que lutam contra a opressão e a exploração neocolonialista. O povo albanês acompanha atentamente a resistência dos valentes combatentes do Afeganistão contra os socialimperialistas soviéticos e confia em que eles conseguirão libertar o país dos ocupantes estrangeiros.

Estamos com os povos da América Latina, que buscam livrar-se das bárbaras intervenções dos imperialistas norte-americanos e do jugo das oligarquias reacionárias a serviço de Washington.

Para nós é muito próxima e compreensível a luta cotidiana de milhões e milhões de operários e camponeses nos países capitalistas contra as seqüelas da crise, pelos direitos econômicos e sociais, pelas liberdades democráticas e pela defesa das vitórias alcançadas na legislação trabalhista. A luta que as massas trabalhadoras de vários países capitalistas desenvolvem contra as tentativas de instalação de sistemas ditatoriais fascistas, assim como a oposição que movem à corrida armamentista e aos preparativos para a guerra por parte das superpotências, gozam do nosso sincero e pleno apoio. Unimo-nos a esses esforços porque estamos convencidos de que somente os povos, somente sua possante luta, poderão destruir os planos belicistas dos imperialistas e assegurar uma paz estável.

Nosso país está aberto ao desenvolvimento de relações normais e à colaboração com todos os países que se atenham ao princípio da igualdade, da não intervenção nos assuntos internos, do respeito à soberania e ao direito de cada um a ter o sistema social que deseja.

Ao mesmo tempo, o nosso país está aberto ao desenvolvimento de relações normais e à colaboração com todos os países que se atenham ao princípio da igualdade, da não intervenção nos assuntos internos, do respeito à soberania e ao direito de cada um a ter o sistema social que deseja. O fato é que temos relações diplomáticas com cerca de 100 países e desenvolvemos um crescente comércio com dezenas de outros. Os nossos intercâmbios culturais com o exterior ampliam-se continuamente, assim como tem aumentado a nossa participação nas diversas atividades internacionais que apresentam interesse.

Nós estabelecemos relações de boa vizinhança com a Itália, a Turquia e a Grécia. Nosso povo alegra-se com o fato de que os

nossos esforços pela amizade, o bom entendimento e a colaboração em proveito mútuo, tenham encontrado nesses países um eco positivo. Constatamos com satisfação que a opinião progressista da Itália, da Turquia e da Grécia deseja que a boa vizinhança entre os nossos países se estabilize e se torne mais durável, convencida de que isto serve ao fortalecimento da paz e da segurança, não apenas nos Bálcãs e adjacências, mas também em toda a Europa.

Nós desejamos estabelecer relações de boa vizinhança também com a Iugoslávia. Nós consideramos a Iugoslávia um país capitalista revisionista e estabelecemos as relações, assim como temos feito sempre, partindo dessa realidade. Nós nos atemos ao princípio e à prática hoje conhecidos e aceitos por todos, de que uma coisa são as relações entre Estados e outra coisa é a luta ideológica. De nossa parte a polêmica continuará, não apenas porque se reveste de enorme importância e por ser uma questão de princípios, mas também porque da parte dos iugoslavos esta polêmica nunca cessou. A Iugoslávia tem atacado constantemente a política e a ideologia da Albânia socialista, a estrutura e a superestrutura de sua sociedade, denominando-a país estatista, burocrático, stalinista e assim por diante. Na polêmica os direitos são recíprocos. Cada qual aporta seus argumentos ideológicos, políticos, econômicos. Mas é a vida, a realidade, que comprova quem tem a razão. E a vida comprova que a Iugoslávia é um país capitalista em todos os sentidos; a Iugoslávia é uma sociedade submetida às leis do mercado, irremediavelmente enredada nas engrenagens do capital mundial, não apenas pelas grandes dívidas contraídas junto a este capital e sem as quais não pode passar, mas também por todo o mecanismo do mercado capitalista mundial que condiciona e dirige toda a vida iugoslava.

A autogestão, proclamada como uma "forma específica" de socialismo, é uma máscara para encobrir a natureza capitalista da sociedade iugoslava. A realidade, como verificamos diariamente, arrancou esta máscara e à luz do dia apareceu a completa putrefação dessa teoria e dessa prática antisocialistas. O sistema antimarxista da autogestão envolveu a Iugoslávia numa profunda crise econômica, política e social, crise que é mais grave e mais dolorosa do que nos países capitalistas industrializados.

O sistema antisocialista na Iugoslávia

é caracterizado por uma áspera luta entre clãs, pela rivalidade entre as Repúblicas, cada qual possuidora de formação e personalidade históricas específicas. Trata-se de uma rivalidade política para ter na mão o poder, rivalidade pelo domínio econômico sobre os outros, rivalidade nacional para estabelecer o domínio de uma nação sobre as outras.

Em nosso país constrói-se uma sociedade nova, uma sociedade de pessoas livres de todo tipo de opressão e exploração, irmanadas e unidas pelos ideais comunistas.

Nesta situação e no rumo que as coisas tomam na Iugoslávia, os albaneses de Kosova, da Macedônia e de Montenegro, que têm destacadas tradições revolucionárias, encontram-se numa situação pior que as demais nacionalidades. Eles têm carregado nas costas todos os males acarretados pelo sistema de autogestão e da luta entre os clãs, e suas justas reivindicações foram afogadas em sangue.

Em nosso país constrói-se uma sociedade nova, uma sociedade de pessoas livres de todo tipo de opressão e exploração, irmanadas e unidas pelos ideais comunistas. Pouco nos importa se nossa sociedade agrada ou não aos iugoslavos, se eles a aceitam ou ironizam a seu respeito. A própria vida cotidiana nos convenceu, a nós albaneses, que a sociedade que construímos é o verdadeiro socialismo. Isto não nos impede de colaborarmos com Estados diferentes e não nos proíbe de afirmarmos nossa política interna e internacional de criticarmos a sociedade capitalista e revisionista assim como as suas chagas.

Ninguém pode obrigar-nos a afastarmos-nos de nosso caminho. Entre os Estados há diferenças de pontos de vista políticos, ideológicos, econômicos, sociais etc. Nós não escondemos isso, aliás afirmamo-lo abertamente e o colocamos em evidência. A isto os iugoslavos chamam ingerência nos assuntos internos. Mas eles se esquecem de que fazem o mesmo contra nós e contra outros. A diferença é que quando eles falam dos outros é com um objetivo burguês e chauvinista, ao passo que nós não o fazemos com esse espírito.



Ilustração Fernando.

CARACTERÍSTICAS DA PENETRAÇÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO

(Parte Final)

Ronald Freitas*

A PROLETARIZAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO

Outro fator de destaque crescente na agropecuária brasileira é o assalariamento de mão-de-obra. Neste ponto é onde os dados são mais precários, para não dizer inexistentes, e obrigam a verdadeiros

exercícios matemáticos para chegar-se a aproximações que muito deixam a desejar. O Censo Agrícola de 1980 incorre numa distorção fundamental ao não computar nas despesas com mão-de-obra aquelas realizadas sob o regime de empreitadas, e é certamente aí onde está o pólo mais dinâmico do assalariamento de mão-de-obra na agricultura. Pois, sob o eufemismo de "empreiteiras", esconde-se a fami-

gerada figura do "gato", agenciador de mão-de-obra volante para a agricultura. Segundo o IBGE, o total de empregados em 1980 era de 5.030.148, entendendo-se por empregado: "pessoa que tem um trabalho, prestando serviço a um empregador, remunerado em dinheiro ou em dinheiro e mercadoria" (2).

* Ronald Freitas é colaborador do jornal *Tribuna Operária* e da *Revista Princípios*.

(2) — in Boletim ABRA nº 5/82, pág. 37, citando tabulações avançadas do Censo Agrícola de 1980.

Esse número deve ser bastante subestimado, pois não computa os volantes, como já assinalamos.

A inexistência de dados atualizados e diretos não nos permite globalizar a mão-de-obra rural em 1980. Entretanto, partindo de dados indiretos, e tendo por base os Censos Agropecuários de 1970/75, Ângela Kageyama, pesquisadora da

UNICAMP, publicou um estudo no Boletim da ABRA nº 5, onde conclui que em 1975 o número de assalariados volantes trabalhando por empreitadas era de 1.146.505. Considerando-se estacionário este quadro de trabalhadores volantes por empreitada em 1975, chega-se ao seguinte quadro, sem dúvida nenhuma subestimado, porém indicativo

da importância destacada do trabalhador assalariado na agropecuária, que já tem um contingente de proletários rurais superior a 6 milhões de pessoas e que deve atingir pelo menos 18 milhões de dependentes, clareando de vez o grau de profundidade com que o capitalismo está implantado na nossa agropecuária.

Estados	Assalariados Censo 80 IBGE (a)	Assalariados Empreitadas Censo 75 (b) estimativa	Assalariados Censo 80 (a + b) estimativa	% do País
RO, AC, RR, AP	26.026	10.529	76.657	0,5
Amazonas	14.904	4.996	19.900	0,3
Pará	82.628	41.619	124.247	2,0
Maranhão	46.168	14.474	60.642	0,9~
Piauí	50.305	7.001	57.306	0,9~
Ceará	339.739	15.612	355.351	5,7
R. G. Norte	112.500	4.508	117.008	1,8
Paraíba	162.482	16.009	178.491	2,8
Pernambuco	346.567	23.278	369.845	5,9
Alagoas	181.995	22.193	204.188	3,3
Sergipe	61.010	4.274	65.284	1,0
Bahia	595.896	96.924	692.820	11,2
M. Gerais	866.851	166.938	1.033.789	16,7
E. Santo	100.716	18.840	119.556	1,9
R. Janeiro	121.310	23.254	144.564	2,3
S. Paulo	903.514	162.831	1.066.345	17,2
Paraná	397.944	142.211	540.155	8,7
S. Catarina	65.195	12.608	77.803	1,2
R. G. Sul	157.472	64.703	222.175	3,5
MS, MT	168.163	52.386	220.549	3,5
Goiás	222.833	98.561	321.394	5,2
TOTAL	5.030.152	1.146.505	6.176.657	100,0

QUADRO 8: Estimativa do número de assalariados agrícolas.

O estudo citado de A. Kageyama mostra que o número de assalariados temporários (diretos ou empreitados) cresceu 6,5% ao ano entre 1970/75.

Esse crescimento do número de assalariados temporários se deu basicamente a partir do processo de proletarização de pequenos proprietários, camponeses autônomos, parceiros, arrendatários, que, tangidos pela crise, tiveram que abandonar total ou parcialmente suas pequenas produções e engrossar o exército de assalariados agrícolas,

exigido pela moderna agricultura voltada principalmente para a exportação e produção de energia.

COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO CAMPO BRASILEIRO

Ao lado do crescimento da mão-de-obra assalariada coexiste na agropecuária significativo contingente de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros, que são

produtores que exemplificam a complexidade das relações de produção no campo brasileiro, pois em alguns desses setores subsistem formas atrasadas, pré-capitalistas de produção. O Censo Agrícola de 1980 indica que existem 5.600.616 produtores autônomos que agregam em torno de si 2.072.977 trabalhadores não remunerados. Por outro lado, examinando dados referentes à condição dos produtores e à área total dos estabelecimentos em que trabalham, chegamos ao seguinte quadro:

Condição do produtor	0 → 10		10 → 20		20 → 50		50 → 100		% do total	
	% estabelecimento	% área								
Proprietários	36,4	1,5	18,0	2,6	21,6	6,9	10,0	7,3	64,1	86,3
arrendatários	79,9	7,6	7,3	4,0	5,6	7,1	2,5	7,4	11,6	3,9
parceiros	75,9	16,8	14,1	11,4	6,6	11,5	1,5	6,4	6,4	1,4
posseiros	72,8	6,7	8,9	4,0	8,4	8,5	4,0	9,3	17,3	7,1

QUADRO 9: Relação entre o tipo de produtor e número e áreas dos estabelecimentos.

Este quadro nos indica que entre os produtores-proprietários das terras onde produzem, 36,4% o fazem em propriedades de até 10 ha, podendo ser este um interessante indicador da propriedade familiar autônoma.

Na faixa de até 99,9 ha estão situados 86% dos produtores-proprietários, apesar de só ocuparem 18,3% da área produzida por proprietários, enquanto os produtores-proprietários de áreas superiores a 100 ha detêm 81,4% da área agrícola, apesar de serem apenas 13,7% dos proprietários, destacando, por outro ângulo, quão concentrada está a propriedade fundiária no país.

Os produtores-arrendatários e parceiros estão esmagadoramente concentrados em estabelecimentos de até 9,9 ha, 79,9% e 75,9% res-

pectivamente. Ampliando-se para estabelecimentos de até 99,9 ha (0 → 100), temos 95,3% de arrendatários e 98,1% de parceiros. A inexistência pública de dados que nos permitam ver a distribuição geográfica desses produtores, sua participação na produção das lavouras básicas e o assalariamento de mão-de-obra para a sua realização, dificulta que avancemos na caracterização dessas relações de produção. Porém, aqui se situam desde a produção pré-capitalista, como a dos parceiros nordestinos, (meia e terça), onde ainda sobrevivem residualmente práticas como o cambão, até o arrendatário capitalista puro, que paga renda-fundiária ao latifundiário e assalaria mão-de-obra para produzir, o que ocorre particularmente na produção de arroz no Rio Grande do Sul.

Considerando não a *área global* dos estabelecimentos, mas a *área das lavouras* — dado mais preciso de análise — vemos que 82,2% dos arrendatários tocam lavouras de até 9,9 ha, o mesmo ocorrendo com os parceiros, que somam 84,9%, o que, sob qualquer ponto de vista que se analise — *área total* ou *áreas de lavoura* — mostra que a maioria dos arrendatários e parceiros são produtores que desenvolvem suas atividades em pequenas propriedades quanto à extensão.

Um outro fator a considerar é que mesmo as pequenas propriedades quanto à extensão têm significativa despesa com mão-de-obra assalariada. Aquelas de até 9,9 ha gastam 22,4% de suas despesas com mão-de-obra, e se estendermos o cálculo até as de 99,9 ha (0 → 100), o percentual gasto com mão-de-

obra, é de 25,2%. Este é um indicador do razoável grau de relações capitalistas nessas produções.

De resto, cumpre registrar que essas relações de produção — *arrendamento e parceria* — jogam pequeno papel no conjunto da atividade agropecuária em nosso país, significando 11,6% e 6,4% dos produtores rurais e 3,9% e 1,4% da área agricultável, respectivamente.

Por último, os produtores-posseiros (ocupantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE) são na sua absoluta maioria posseiros de áreas de menos de 100 ha, correspondendo a 94,1% do total. Outra constatação importante é que, no que pese toda a luta desenvolvida pelos pequenos posseiros e a dimensão nacional criada por essa luta, que faz com que qualquer reivindicação para permanecer na posse seja objeto de intervenção direta do Conselho de Segurança Nacional, os posseiros ocupam apenas 7,1% da área agricultável e correspondem a 17,3% dos produtores do país.

Os *ocupantes* de grandes áreas não são posseiros e sim *grileiros*.

Aqueles que ocupam áreas superiores a 500 ha são 6.880, correspondem a 0,7% do número total de "ocupantes", porém açambarcam uma área de 11.973.179 ha, equivalente a 45,0% da área global dos *ocupantes*.

A maior parte dos produtores, 64,1%, são proprietários dos seus estabelecimentos (que ocupam 86,3% da área destinada à produção), o que é um importante indicador de que não se difundiu generalizadamente a prática do empresário capitalista arrendatário, mantendo-se a tendência à propriedade da terra por parte dos burgueses agrários.

* * *

Destacaremos por último outro traço geral da nossa agropecuária: produz essencialmente para o *mercado*. Desde as sofisticadas produções de exportação aos novos lotes abertos na mata da Fronteira Agrícola, a produção, com raras exceções, destina-se ao *mercado*. Um indicador importante disso é que do total de ingressos obtidos em 1980 pelos estabelecimentos agropecuários, 97,2% se deveram à venda de

produtos. Mesmo com uma eventual superestimação do dado por parte do Censo Agrícola, ele retrata uma realidade insofismável e é mais um indicador do grau de profundidade com que o capitalismo subordina nosso campo e nele predomina.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO CAPITALISMO NO CAMPO

Onde se realiza basicamente essa produção de que tratamos até aqui? O Brasil, país-continente, é profundamente desigual no que diz respeito ao nível de desenvolvimento econômico-social. Como já tipificamos três grandes áreas para o estudo da concentração fundiária, tomemos as mesmas áreas e vejamos como se distribuem nelas os outros fatores até aqui estudados (mão-de-obra, produção e valor da produção, utilização de máquinas e insumos). A precariedade dos dados mais uma vez não nos permite traçar um perfil completo dessa distribuição, mas a partir do disponível chegamos às seguintes conclusões:

Região	Assalariado		Autônomos (pequenos proprietários, parceiros, rendeiros posseiros).		Empregador	
	nº	%	nº	%	nº	%
Sul/Sudeste	3.204.387	51,8	1.935.885	34,5	236.201	62,5
Nordeste	2.100.935	34,0	2.791.225	49,8	85.997	22,7
Fronteira Agrícola	722.645	11,6	873.438	15,5	55.702	14,7

QUADRO 10: Distribuição por região de mão de obra e empregadores.

Mão de Obra

O Sul/Sudeste desponta como a região que tem o maior número de assalariados, detendo pouco mais da metade do número total (51,8%), sendo também a região onde maior é o número de empregadores (62,5%). O Nordeste sobressai pelo

maior número de autônomos (2,8 milhões), correspondendo a 49,8% do total, não sendo, porém, desprezível o número de assalariados (2,1 milhões — 34,0%), que destaca o quanto o capitalismo nas suas diversas formas já penetrou naquela região. Na região da Fronteira Agrícola chama a atenção o equilíbrio relativo entre os três tipos, que variam muito pouco, entre 11,6% e

14,7%. Isto reflete a característica de área de ocupação recente na qual a expansão da agricultura tem-se feito fundamentalmente através de grandes projetos, em moldes empresariais modernos. Prova disso é que nos Estados dessa região a taxa anual de crescimento da mão-de-obra assalariada temporária atinge níveis surpreendentes: em Rondônia cresceu 476,2%, passando de

1.792 em 1970 para 8.534 em 1975; em Goiás, no mesmo período, passou de 124.414 para 214.968 assalariados temporários, crescendo 173,0%. Outro aspecto a ressaltar é que na coluna de empregadores está desde o empresário capitalista que administra sua produção em

terra própria ou arrendada, até o pequeno proprietário, fazendeiro, que nos momentos de pico na sua produção assalaria alguns trabalhadores e eventualmente se assalaria em certos períodos para complementar sua renda familiar.

O principal centro produtor agropecuário de nosso país situa-se na região Sul/Sudeste, com exceção do cacau e da mandioca, cuja produção é predominante no Nordeste e no

Produtos	Regiões			
		Sul/Sudeste	Nordeste	Front. Agr. (N - CO)
Soja	VP	87,8	0,02	12,1
	P	87,3	0,01	12,5
Café	VP	89,6	5,1	5,2
	P	90,0	4,4	5,5
Cacau	VP	3,6	94,7	1,5
	P	3,4	94,7	1,7
Cana	VP	58,6	39,4	1,8
	P	65,0	32,0	1,8
Laranja	VP	86,1	11,6	2,2
	P	90,4	8,4	0,5
Feijão	VP	60,5	32,2	7,2
	P	67,7	25,4	6,7
Arroz	VP	52,7	13,6	33,5
	P	48,6	15,1	36,1
Milho	VP	85,0	5,2	9,6
	P	84,5	4,0	11,3
Mandioca	VP	38,6	46,8	14,4
	P	28,2	56,7	17,9
Trigo	VP	95,5	—	4,4
	P	95,9	—	4,0
Leite	VP	74,7	13,9	11,3
	P	74,4	12,8	12,7

QUADRO 11: Valor da produção (VP) e produção (P) em termos percentuais dos 5 (cinco) principais produtos de exportação; 5 (cinco) de consumo interno e leite, e sua localização por região geográfica.

Norte. Chega-se a essa constatação ao examinar-se o quadro da participação regional quanto à produção e ao valor da produção dos cinco principais produtos agrícolas de exportação e dos cinco de consumo interno, mais a produção de leite.

Em alguns casos, essa produção é altamente concentrada em 1 ou 2 Estados, como no caso da soja, que o Rio Grande do Sul e o Paraná produzem juntos 73,4% do total e 78,1% do valor da produção; da cana, São Paulo sozinho detém 49% da produção e 44,6% do valor gerado; do cacau, onde toda a produção e valor da produção do Nordeste se concentram na Bahia, mais precisamente no seu litoral sul. No arroz, o Rio Grande do Sul sozinho detém 23,4% da produção e 24,5% do valor da produção, significando aproximadamente 1/4 dessa atividade. A grande participação da Fronteira Agrícola nessa produção (33,5% e 36,1%) deve-se à expressiva produção de Goiás e Mato Grosso, que juntos detêm 26,8% da produção e 24,2% do valor da produção.

Também no Sul/Sudeste é onde se obtém o maior índice de rentabilidade por ha nas principais atividades agropecuárias. Dos dez produtos com que estamos trabalhando como exemplo, todos obtêm maior rendimento por ha nessa região, inclusive o cacau e a mandioca que são prioritariamente produzidos no Nordeste. O cacau rende 1.500 kg/ha em Minas Gerais, 950 kg/ha em São Paulo e 640 kg/ha na Bahia. Na mandioca, o Paraná obtém 19.731 kg/ha, São Paulo 18.495 kg/ha e a Bahia, maior produtor do país, 16.000 kg/ha. Na cana, o Paraná obtém 76.762 kg/ha, São Paulo 72.448 kg/ha e Alagoas, maior produtor do Nordeste, atinge 49.000 kg/ha; Pernambuco, tradicional produtor, atinge 48.053 kg/ha. Chama a atenção o fato de que a maior rentabilidade do feijão é obtida no Amazonas (1.000 kg/ha), salvo erro estatístico, ou talvez alguma produção experimental, pois a produção global do Estado

é inexpressiva (3.000 toneladas). Logo em seguida vem o Rio de Janeiro, com 643 kg/ha.

Utilização de Máquinas e Insumos Modernos

Como já destacamos, das máquinas modernas, o que mais cresceu no campo foram os tratores e esse crescimento se concentrou também na região Sul/Sudeste, que detém 80,8% dos tratores em operação no país, enquanto o Nordeste fica com 6,3% e a Fronteira Agrícola com 12%. Chama a atenção o crescimento do uso de tratores no centro-oeste, que em 1970 detinha 6,23% dos tratores do país e em 1980 passou para 11,71%. Isso se deve aos projetos de aproveitamento dos cerrados, onde o uso de insumos modernos é largamente difundido, em projetos do porte de um JICA e outros. A falta de dados não nos permite ver como se distribui o uso de adubos e defensivos, mas se observarmos pelos dados indiretos da rentabilidade média por ha, e pela utilização desses insumos nos principais produtos agrícolas (Quadro 7), vemos que é a região Sul/Sudeste a que mais os utiliza.

Também a distribuição do crédito agrícola está altamente concentrada na área Sul/Sudeste, que absorveu 62,2% do crédito disponível em 1980, enquanto que o Nordeste ficou com 20% e a Fronteira Agrícola com 17,2%.

* * *

CONCLUSÕES

A tendência da apropriação do solo agrícola no Brasil é a concentração da propriedade e da produção, que cresce de ano a ano, e faz parte integrante da política econômica dos governos pós-64. A expansão da fronteira agrícola se estabelece basicamente a partir de grandes projetos. Mesmo nas regiões já estratificadas quanto à posse da terra, a produção para exportação

(como a soja); a implantação de projetos bio-energéticos (cana); o uso de tecnologias inadequadas e caras, levam à crise os pequenos produtores, provocando o que eufemisticamente se chama "remanejamento da malha fundiária", que nada mais é do que o processo de concentração da propriedade, expulsando para longe dos centros consumidores e das vias de escoamento, os pequenos produtores, e/ou transformando-os em assalariados agrícolas das novas empresas que surgem. Isso tudo levando ao fortalecimento e ampliação do monopólio da terra, traço central do atraso da nossa agricultura.

A agropecuária capitalista é o leito em que se desenvolve o nosso campo.

O crescimento expressivo da mão-de-obra assalariada no campo é o principal indicador das transformações ocorridas na nossa agropecuária. Entre 1970 e 1980, enquanto o número de estabelecimentos agropecuários crescia em 4,9% e o pessoal ocupado aumentava em 20,0%, a mão-de-obra assalariada crescia em 104,5%, cerca de cinco vezes mais do que o incremento do pessoal ocupado e várias vezes mais que o incremento do número de estabelecimentos. Este é um seguro indicador do grau de penetração do capitalismo na nossa agropecuária, pois não existe critério mais claro da existência de relações capitalistas na agricultura do que o assalariamento de mão-de-obra. Mostra também que a agropecuária capitalista é o leito em que se desenvolve o nosso campo.

O capitalismo na agropecuária brasileira tem levado no geral à concentração. Mantém, entretanto, um aspecto contraditório, pois nas

regiões mais desenvolvidas do ponto de vista capitalista, como a Sul/Sudeste, a propriedade de dimensão menor na faixa de 10 a 100 ha desempenha papel de relativa importância e se caracteriza por ser uma propriedade avançada, produzindo para o mercado, assalariando mão-de-obra, usando técnicas modernas, créditos bancários, insumos industriais etc. Ou seja, são empresas capitalistas de produção intensiva e, nesse sentido, unidades econômicas de médio e grande porte, e não unidades familiares autárquicas, pequenas propriedades familiares.

50,3% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 ha e se caracterizam no geral como verdadeiros minifúndios. A realidade dessas pequenas propriedades é muito diferenciada, seja quanto aos vários sub-grupos, quanto ao tipo de produção (se de subsistência, frutas, flores e hortaliças etc), seja quanto à localização geográfica (Sul/Sudeste, Nordeste, Norte etc). É no geral imprópria à aplicação de técnicas agrícolas avançadas e tende à fragmentação.

Porém, podemos afirmar que não existe lavoura de peso na nossa agricultura que não tenha o fundamental de sua produção claramente realizada sob o modo de produção capitalista.

O capitalismo na agropecuária brasileira existe de forma diferenciada de acordo com o tipo das lavouras, com o destino da produção para o mercado interno ou a exportação, com a sua localização geográfica (próxima aos grandes centros consumidores ou nas longínquas regiões interioranas do sertão, do agreste ou da fronteira agrícola). Porém, podemos afirmar que não existe lavoura de peso na

nossa agricultura que não tenha o fundamental de sua produção claramente realizada sob o modo de produção capitalista, sejam a soja e o arroz do Sul/Sudeste, o cacau na Bahia, o feijão no Paraná e Bahia (região de Irecê) etc. Exceção a essa afirmação é a mandioca, que apesar do importante volume de produção e papel na alimentação popular, realiza-se basicamente nas pequenas propriedades, com baixo uso de técnica e insumos modernos, embora esteja sendo paulatinamente "modernizada" como indicam os escândalos do uso indevido de crédito.

No que pese certo grau de desenvolvimento atingido pela agropecuária brasileira, está longe, muito longe mesmo, a solução dos problemas do nosso campo. Este desenvolvimento tem como traço central a dependência externa, a produção para o mercado exterior, fruto do modelo global de desenvolvimento econômico que nos foi imposto pelos governos militares pós-64.

Isso traz como conseqüência que o crescimento da nossa produção agrícola varia ao sabor das necessidades do mercado externo. Assim é que se explicam os "ciclos" da cana, do algodão, do café, do soja etc. Passamos a produzir de acordo com estímulos externos (preços, créditos, ofertas de sementes e insumos modernos). Estes ciclos exportadores também rapidamente entram em crise, tão logo cessem esses estímulos. Enquanto os produtos de consumo interno são relegados a segundo plano, e têm seus preços também regulados pelo mercado externo, única maneira de interessar os agricultores na sua produção, o que torna o preço dos alimentos básicos proibitivo, levando a um sub-consumo e a uma má alimentação da população. Assim aconteceu recentemente com o feijão, o arroz, o café, o açúcar etc.

O campo brasileiro mantém uma série de traços atrasados e tem um desenvolvimento extremamente desigual. Enquanto no Sul/Sudeste

temos uma agricultura razoavelmente desenvolvida, no Nordeste, Norte e parte do Centro-Oeste, permanecem existindo áreas de muito atraso. O próprio avanço técnico é pequeno e relativo; o uso de tratores, importante indicador de uma agricultura avançada, deixa muito a desejar. Pois, enquanto possuímos um trator para cada 114,15 ha de terras aráveis, nos EUA essa relação é de um trator para 27/ha, sendo esse dado de dez anos atrás. A utilização de nossas terras agricultáveis é muito baixa. No Simpósio Nacional sobre Agropecuária Brasileira na Conjuntura Nacional, um conferencista citando dados do Depto. de Agricultura dos EUA, disse: "aproveitamos apenas 4% do nosso território com agricultura e temos um potencial para aproveitar 40%". Isto só com culturas alimentícias. "Com pecuária aproveitamos 12% e temos um potencial de 39%, deixando 20% para reservas florestais"⁽³⁾. Na pecuária leiteira, enquanto a produção gira em torno de 700 litros/vaca/ano⁽⁴⁾, em outros países essa produção atinge 4.000 a 6.000 litros/vaca/ano. Por último, essa baixa produtividade e rentabilidade das atividades agropecuárias em nosso país fica evidenciada pelo fato de cada ha agricultável produzir em média Cr\$ 6.500,00.

O uso do crédito se dá também de forma distorcida com vistas a beneficiar paulatinamente os grandes produtores. Os pequenos produtores que em 1966 participavam em 34% nos créditos agrícolas, viram essa participação cair para 11% em 1976, enquanto os grandes produ-

(3) — Dados extraídos do relatório do Simpósio Nacional Sobre Agropecuária brasileira na Conjuntura Nacional — pag. 31 — CF — Brasília — 1975.

(4) — Dados extraídos do relatório do Simpósio Nacional Sobre Agropecuária brasileira na Conjuntura Nacional — Pág. 31 — CF — Brasília — 1975.

tores passavam de 20%, em 1966, para 53% em 1976. Observado do ponto de vista dos produtos a que se destina o crédito, em 1976 o café, a soja, a cana, o algodão e o trigo obtiveram 59% e contribuíram com cerca de 33% do valor bruto da produção; o feijão, a mandioca, e o milho, produtos básicos da alimentação popular, receberam cerca de 13% do crédito e contribuíram com cerca de 30% do valor bruto da produção.

Entre 1971 e 1976, o crédito rural cresceu em termos reais em 143%, enquanto que o produto real da agricultura cresceu 35%, o que evidencia que, apesar da expansão do crédito ter sido elevada, não há correspondência adequada com relação ao crescimento da agricultura, sendo um importante indicador de uso fraudulento e inadequado desses créditos, onde os escândalos do Adubo Papel, no Sul, e o Caso da Mandioca, no Nordeste, são meras pontas de *icebergs*.

A assistência técnica é precária e privilegia também os grandes produtores. Pois, além de atingir apenas cerca de 16% das propriedades rurais, o próprio programa oficial de assistência, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMBRATER para 1977 previa atender "35% dos produtores de alta e de média renda" e apenas "4% de produtores de baixa renda."⁽⁵⁾

Além da concentração das terras, do uso de créditos e da assistência técnica, a nossa estrutura agrária, como causa e consequência disso, é altamente concentradora de renda. Dados do IBGE indicam que em 1970 e 1980 não só se manteve, como se aprofundou enormemente a concentração da renda no campo. A participação na renda nacional dos 50% mais pobres do campo em

(5) — Dados extraídos do relatório do Simpósio Nacional Sobre Agropecuária brasileira na Conjuntura Nacional — pág. 31 — CF — Brasília — 1975.

1970 era de 22,4%, em 1980 caiu para 14,9%. Enquanto os 5% mais ricos, que detinham em 1970 23,7% da renda, passaram em 1980 a deter a "bagatela" de 44,2%. Chamo a atenção para que 1% dos milionários da área rural passou dos 10,5% da renda nacional, que detinha em 1970, para 29,3% em 1980. O que sem dúvida nenhuma é um verdadeiro escândalo social: 1% de milionários rurais detém mais do dobro da renda de 50% de pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Do ponto de vista social, o desenvolvimento agrário se fez a custos altíssimos. O principal personagem desse processo — o assalariado agrícola temporário ou permanente — trabalha em condições sub-humanas.

Do ponto de vista social, o desenvolvimento agrário se fez a custos altíssimos. O principal personagem desse processo — o assalariado agrícola temporário ou permanente — trabalha em condições sub-humanas: 70% deles ganham salário mínimo ou menos desse salário; não são respeitados os direitos trabalhistas. 80% não têm carteira assinada pelo empregador e esse índice cresce no que se refere às mulheres para 87% e 95% quando se trata de crianças. Esses trabalhadores moram em péssimas condições no próprio campo ou nas periferias de cidades, são transportados em condições perigosas, vítimas constantes de inúmeros acidentes. Sem assistência médica, sub-nutridos e mantidos na ignorância e no analfabetismo, não vivem, sobrevivem e dão suas vidas e pujança ao desenvolvi-

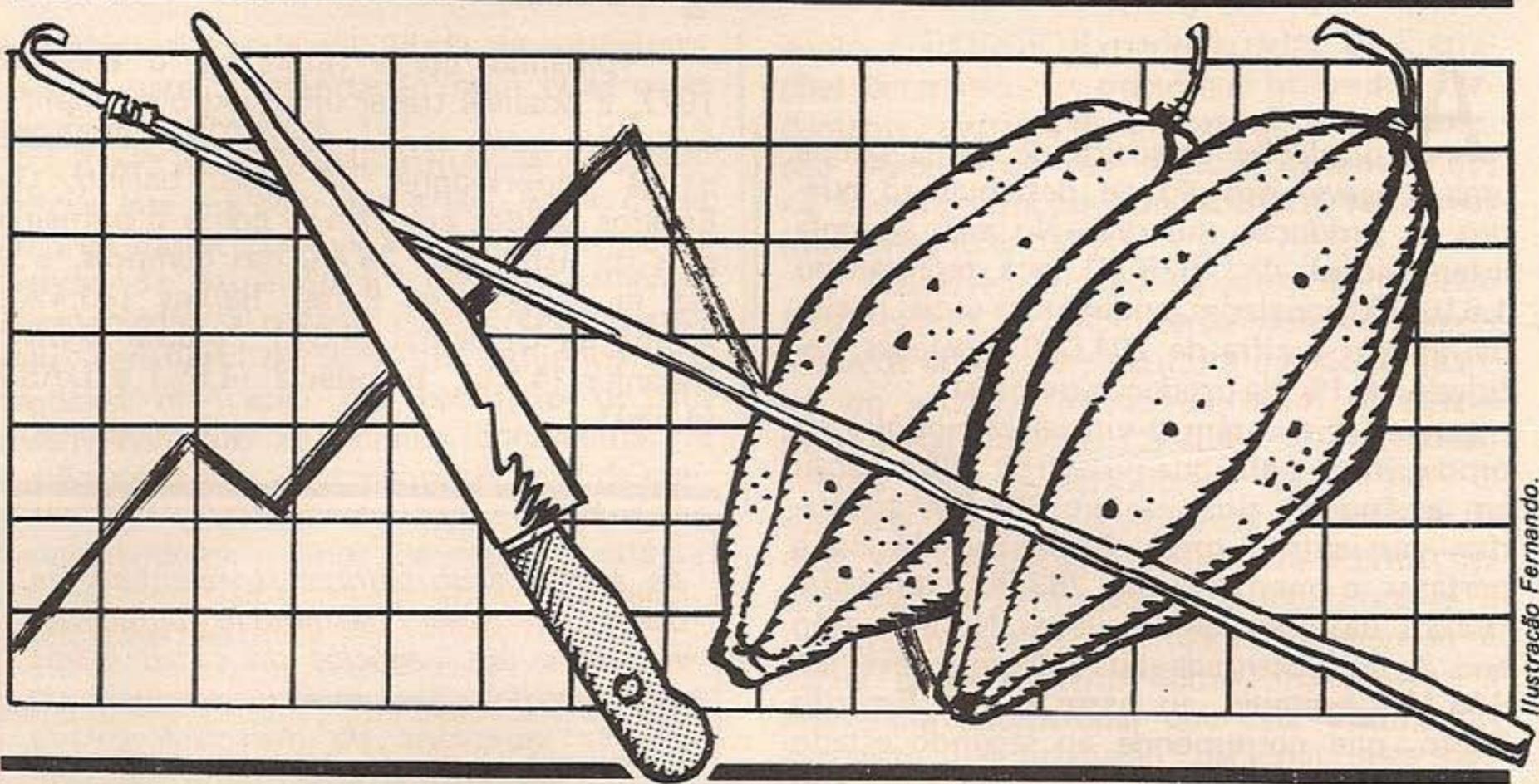
mento do emergente capitalismo agrícola brasileiro.

Pequenos proprietários, rendeiros e parceiros também são submetidos a duras condições de trabalho; suportam contratos leoninos, preços manipulados, safras frustradas por pragas, secas, enchentes, impostos abusivos. Levam uma vida difícilíssima, onde o duro trabalho com a terra não é compensador, não traz sustento digno para si e sua família.

O modelo de desenvolvimento agropecuário capitalista concentrador/especulativo, ao vedar o acesso democrático do camponês à terra e gerar uma grande massa de trabalhadores sem terra que a ela aspiram, agrava ainda mais esse histórico problema: o acesso à terra por parte do campesinato, ampliando e agravando os conflitos, geralmente violentos pela sua posse. Segundo dados da CONTAG, que usa o critério de só computar os conflitos que lhe chegam através de documentos e tiveram algum tipo de encaminhamento, são os seguintes os números indicadores desses conflitos e da sua seriedade, nos últimos anos:

- 1979 — nos Estados de Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro houve conflitos de terra que envolveram 75 mil pessoas.
- 1980 — em 16 Estados, 96 conflitos envolveram 26.678 famílias e mais de 103 mil pessoas.
- 1981 — Em todos os Estados da Federação e o antigo Território de Rondônia ocorreram 257 conflitos, atingindo 40.530 famílias, ou cerca de 202.660 pessoas.

O crescente envolvimento da população camponesa em conflitos geralmente violentos, pelo direito a um pedaço de terra para trabalhar é um dos indicadores fundamentais da situação de crise, tensão social e perspectiva de luta revolucionária que se abrem no campo brasileiro.



ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA CULTURA DO CACAU NA BAHIA

*José Valdo de Oliveira**

O presente artigo tem como objetivo expor de maneira sintética o que representa a cultura do cacau no panorama econômico e social do Estado da Bahia. Trabalha com dados secundários, condensa uma gama diversificada de informações e esboça algumas formulações de sentido analítico. Inúmeros aspectos mencionados, por limitação intrínseca ao trabalho, não são desenvolvidos, o que requereria pesquisa mais profunda e maior espaço.

No geral procurou-se fornecer dados de produção, área de lavoura e aspectos das regiões onde está implantada a cultura do cacau. Foram incluídas igualmente algumas informações históricas, que mostram o sentido da evolução econômica e social

das regiões agrícolas em foco. Pinceladas sobre estrutura agrária, tecnologia agrícola, formas de produção e características dos setores de classes sociais envolvidos também podem ser encontradas. A lacuna maior fica por conta da impossibilidade de dimensionar, frente a ausência de dados disponíveis, o contingente de proletários que labutam na terra em toda a grande extensão das áreas cultivadas pelo cacau na Bahia.

Os dados dos Censos Agropecuários do IBGE e dos Recadastramentos do INCRA são apresentados por municípios ou micro-regiões e não por culturas. Outras fontes, a princípio, não existem. Restaria o recurso dos "cálculos aproximados".

* José Valdo de Oliveira é sociólogo baiano.

A produção brasileira de cacau ocupa uma inegável posição de destaque no quadro da produção mundial. No ano agrícola internacional de 1979/80 esta representou 1.616.000 toneladas, enquanto o cacau nacional atingiu a cifra de 294.000 toneladas, cobrindo 18,1% da produção mundial¹.

A Bahia detém o virtual monopólio da produção do país, que no ano de 1981 (cacau em amêndoas) situou-se em 304.000 toneladas, enquanto a produção baiana chegou a perfazer o montante de 283.900 toneladas (93,3% da produção brasileira). Neste mesmo ano a área plantada ou colhida esteve em 446.139 hectares, ao passo que o Espírito Santo, que corresponde ao segundo estado em área plantada, possuía apenas 22.290 hectares de cacauzeiros (4,9% do plantio baiano)².

No momento, as exportações de cacau e derivados passam por certa crise, fruto das flutuações do comércio internacional do produto.

Além de ser uma cultura voltada essencialmente para a exportação, o cacau ocupa lugar significativo neste plano. Nos 12 meses compreendidos entre dezembro de 1981 e novembro de 1982 coube ao cacau e derivados, isoladamente, 2,09% do valor das exportações brasileiras no período. Já em termos estaduais, sua participação correspondeu a 38,04%³. No momento, as exportações de cacau e derivados passam por certa crise, fruto das flutuações do comércio internacional do produto. Haja vista que no ano de 1977 elas obtiveram US\$ 774,5 milhões, representando 6,4% do total da receita cambial brasileira⁴.

A crise atinge os três últimos anos, tendo as exportações caído de US\$ 786 milhões em 1979 para US\$ 496 milhões em 1981, o que significa um decréscimo de 37%⁵. A produção nacional aumenta, mas o comércio exterior do produto tem sua própria lógica, as compras internacionais não ocorrem a nível e preço esperados. Em função dessa vulnerabilidade da lavoura cacauzeira, sobrevêm os problemas.

Tomando como referência o ano de 1977, é possível traçar um quadro exemplificativo de quais seriam alguns dos principais países importadores do cacau baiano. Os Estados Unidos colocam-se como o primeiro país da lista, com 36,4% das compras, e a ele se seguem os Países Baixos (19,4%), Alemanha Ocidental (9,0%), Polônia (5,6%), Espanha (4,9%), Iugoslávia (4,6%) e URSS (4,5%)⁶.

As firmas exportadoras representam na Bahia um setor da grande burguesia, vinculado aos negócios do cacau e dos mais privilegiados, que se apropria de parcela apreciável da mais-valia gerada no processo produtivo desta lavoura.

O problema das exportações introduz a questão do comércio exportador. As firmas exportadoras representam na Bahia um setor da grande burguesia, vinculado aos negócios do cacau e dos mais privilegiados, que se apropria de parcela apreciável da mais-valia gerada no processo produtivo desta lavoura. Oito grandes firmas e uma Cooperativa foram responsáveis em 1977 por 93,97% do valor das exportações baianas, entre as quais se destacaram Corrêa Ribeiro (20,34%), Copercacau (13,27%), Calheira Almeida S/A (12,06%) e Brandão Filhos S/A Comércio, Indústria e Lavoura (8,83%)⁷.

A introdução do cacau na Bahia remonta a meados do século XVIII. Mas será só no período compreendido entre 1890 e 1930 que o cacau assumirá o caráter de uma monocultura regional, o que coincide com o momento áureo vivido por esta lavoura⁸.

O florescimento da cultura representa inicialmente um progresso de vulto para o Sul da Bahia. "Com a cacauicultura, a região emergiu do marasmo em que se mantinha por quase quatro séculos, no regime de policultura e atividades extrativas de pequeno porte. Foi a atividade que atraiu e fixou contingentes humanos à região, permitiu seu desbravamento, obrigou à abertura de estradas, desenvolveu os aglomerados urbanos existentes e fez surgir novos"⁹.

A crise de 1929, ao desorganizar a vida econômica da região, vem mostrar de forma

avassaladora a vulnerabilidade da agricultura voltada para a exportação num quadro de economia dependente.

Afora essa situação estrutural de dependência, que faz com que a lavoura do cacau sinta de forma direta os efeitos das oscilações cíclicas de expansão e crise do comércio internacional, a própria região nunca conseguiu canalizar os recursos oriundos dos negócios do cacau em benefício de um desenvolvimento econômico consistente. A evasão de rendas, na compra de bens de consumo que ela mesma poderia produzir, e particularmente a fuga de capitais, está na raiz da persistente fragilidade de seu desenvolvimento industrial¹⁰.

A evidência da concentração transparece no fato de que os 10 maiores produtores representam 44,78% do volume global da produção estadual.

A cultura do cacau na Bahia atinge uma área ampla do Estado, formada por 83 municípios onde existem plantações do produto. Esta disseminação da cultura não nega, mas inclui, uma natural concentração da produção numa área mais restrita, propriamente identificada como região cacauera. A evidência da concentração transparece no fato de que os 10 maiores municípios produtores representam 44,78% do volume global da produção estadual. São eles, por ordem de importância, os municípios de Ilhéus, Camacã, Itabuna, Una, Canavieiras, Itajuípe, Uruçuca, Coaraci, Ibirataia e Ibirapitanga¹¹. Dentro da região cacauera, em sentido restrito, o cacau representava em 1970 86,5% da área explorada pelos principais cultivos e 88,6% do Valor Bruto da Produção¹².

A criação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauera (CEPLAC), em 1957, representou um fato novo, com importantes desdobramentos no plano da intervenção dirigida do Estado no sentido de ultrapassar impasses vividos pela lavoura cacauera. O nascimento da CEPLAC se fez num momento de crise na comercialização do produto, com a queda em 1956 de 50% do preço internacional do cacau. Até o ano de 1965, quando começa sua intervenção direta no processo produtivo, a ação do organismo volta-se, no essencial, para o

apoio creditício. Experimentadas as limitações desse recurso, posto que utilizado isoladamente, deflagra-se um processo de renovação agrônômica das práticas desenvolvidas na lavoura, processo iniciado em 1965 mas intensificado em 1970.

Descrevemos aqui aspectos do balanço feito pela CEPLAC acerca dos progressos técnicos ocorridos na cultura do cacau, quando do estabelecimento de novas Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional, válidas para o período de 1976-1985. O objetivo deste procedimento é retratar o grau já alcançado pelas transformações tecnológicas definitivamente incorporadas à lavoura cacauera. Os dados referem-se à Bahia e ao Espírito Santo, mas devido à relevância excepcional que esta assume no contexto da produção nacional, eles não chegam a distorcer a realidade e prejudicar o objetivo proposto.

As áreas onde se desenvolveram práticas de combate às pragas do cacauero passaram de 75.000 hectares em 1967 para 323.400 hectares em 1977, representando um crescimento de 431,2%. A área trabalhada no combate à podridão parda, partindo de 11.720 hectares no ano de 1967, atingiu 76.500 hectares em 1977, com incremento de 652,7%. Em igual intervalo de tempo, a adubação do cacauero de 2.356 hectares foi incrementada em 6.343,9%, chegando a situar-se em 149.700 hectares. Em 1970 a prática de calagem na lavoura cacauera concentrou-se numa área de 11.980 hectares, sendo que em 1977 seu alcance foi de 17.100 ha (aumento de 142,7%). Por fim, a evolução da prática de controle de sombreamento registra acréscimo de 1.624% entre o ano de 1967, quando esteve em 2.321 ha, e 1977, quando a área trabalhada passou para 37.700 ha¹³.

Em 76% das propriedades a área safreira não é superior a 30 hectares (...) As buraras e pequenas propriedades ocupam uma área safreira de 35,94% e são responsáveis por 31,39% do volume total produzido.

O cacau foi inicialmente explorado através da pequena propriedade. À medida que a cultura cresce e se expande no período de

1890/1930, tornando-se amplamente dominante, a pequena propriedade perde terreno, consolidando-se a concentração da propriedade da terra, processo que encontra paralelo no setor de comércio externo, corolário essencial da lavoura de exportação.

Na atualidade, convive na região cacauera, em integração e conflito, uma gama diversificada de tipos e tamanhos de propriedade de cacau, com o predomínio econômico da média e grande propriedade.

As pequenas propriedades, por sua vez, possuem diferenças sensíveis em relação à produção camponesa típica que se desenvolve no vasto interior agrícola do Estado da Bahia. Esta diferença não se configura particularmente na presença de vulto da exploração do trabalho assalariado, como se verá, mas nos métodos aperfeiçoados de cultivo do cacau e na renda auferida. Estudo recente precisa de maneira sintética esse fenômeno, quando constata que: "Em 76% das propriedades a área safreira não é superior a 30 hectares(...) As buraras e pequenas propriedades ocupam uma área safreira de 35,94% e são responsáveis por 31,39% do volume total produzido"¹⁴.

No tocante às relações sociais de produção existentes no interior das pequenas e das grandes propriedades, não há como negar as desigualdades, constituindo duas formas de produção distintas. Pesquisa de grande envergadura realizada em 1972 pela CEPLAC/IICA apresenta dados relevantes acerca da natureza da força de trabalho que é utilizada tanto pelas unidades de produção familiares quanto pelas unidades tipicamente capitalistas presentes na região cacauera.

Entre as empresas capitalistas, o trabalho assalariado representa 91,42% da força de trabalho global.

As unidades familiares mostram um emprego ínfimo de trabalhadores assalariados (4,07%), sendo que a maioria destes são de assalariados temporários (88,57%). Nota-se, por outro lado, que 20,00% da força de trabalho de familiares trabalha para terceiros, representando ponderável componente de proletarização. A ocorrência deste fenômeno serve para relativizar qualquer ilusão taxativa

de um progresso econômico linear e geral da pequena produção familiar no cacau.

Entre as empresas capitalistas o trabalho assalariado representa 91,42% da força de trabalho global, sendo de interesse constatar que os trabalhadores permanentes correspondem a 62,18% do contingente de assalariados, contra 37,82% de trabalhadores temporários¹⁵.

O peso representado pela categoria de trabalhadores permanentes, traço singular da cultura do cacau, prende-se ao tipo de tecnologia usada de forma mais ou menos ampla no trato desta cultura, a partir das inovações técnicas introduzidas na região pela ação da CEPLAC. Chega-se ao ponto de considerar que "a adoção generalizada da nova tecnologia absorve um contingente de mão-de-obra 48,2% maior do que o absorvido com a tecnologia tradicional"¹⁶. A importância do trabalho assalariado permanente é tão inegável que ainda hoje a região cacauera apresenta-se "expedidora de trabalhadores eventuais e administradores e fortemente receptora de trabalhadores permanentes"¹⁷.

Surgem no meio dos trabalhadores rurais reações de insatisfação e revolta que animam a luta social... insatisfação que, na confluência de determinadas condições objetivas e subjetivas, transforma-se na revolta universal dos explorados...

A decantada opulência da cultura cacauera, orgulho e inspiração das classes dominantes baianas, não encontra correspondência ao nível das condições de vida e trabalho dos produtores reais, o proletariado do cacau e os pequenos proprietários. São conhecidas as dificuldades em que se debatem as chamadas buraras, pequenas roças de cacaueros que produzem até 400 arrobas por ano. Em que pese a grande incidência de assalariados permanentes nas fazendas, a estes são negados direitos trabalhistas elementares. Diagnóstico da própria CEPLAC indica os seguintes números reveladores: 15,10% dos assalariados têm repouso remunerado; 20,57% recebem 13º salário; 22,14% têm férias remuneradas e 23,18% possuem carteira assinada¹⁸. A modernização da cultura do cacau trouxe para uma parcela de trabalhadores novos problemas ligados ao uso de insumos indus-

triais que oferecem perigo à saúde daqueles que manipulam esses produtos. É o caso do combate à podridão parda, que envolve a pulverização das áreas de cacauzeiros com fungicidas à base do cobre, feita normalmente sem nenhuma proteção especial. Em face dessas situações, surgem no meio dos trabalhadores rurais reações de insatisfação e revolta que animam a luta social. Um estudo de 1974 versando sobre a problemática da escassez de mão-de-obra na lavoura cacauzeira, publicado pela CEPLAC, chega à constatação de que 68,3% dos trabalhadores entrevistados manifestam desejo de deixar a atividade do cacau¹⁹. Trata-se de um indicador incontestável de insatisfação. Insatisfação que, na confluência de determinadas condições objetivas e subjetivas, transforma-se na revolta universal dos explorados, nem sempre manifesta, às vezes distante de sua expressão consciente e organizada, mas ainda assim viva e persistente.

A região cacauzeira é pioneira no desenvolvimento do sindicalismo rural no Estado da Bahia. Em 1952 ocorre a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna, reconhecido pelo Ministério do

Trabalho em 1957, sendo que até 1960 a Bahia contava com 3 sindicatos, entre as 8 entidades sindicais que possuíam então este estatuto em todo o país. Os 9 sindicatos de trabalhadores rurais fundados e legalmente reconhecidos no período compreendido entre 1957-67 concentram-se todos no Sul do Estado e a maioria na própria área cacauzeira.

Entretanto, é grande e antiga a debilidade do movimento reivindicatório dos assalariados do cacau. Notícias de lutas de alguma envergadura remontam à década de 30 e, mais recentemente, aos anos 50. Levantamento exaustivo de informações contidas nos Boletins Estatísticos da Justiça do Trabalho da região cacauzeira, de 1960 a 1975, revelam que os problemas trabalhistas aí registrados em sua grande maioria "estão relacionados a questões de aviso prévio, férias e 13º salário"²⁰. Não abarcam, como se vê, reivindicações salariais e iniciativas coletivas de maior alcance. É justo supor, ainda assim, a existência de conflitos sociais localizados, cujo registro se perdeu ou mesmo não alcançou a memória coletiva do movimento proletário no Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. IICA. CEPLAC/Cacau, 25 anos. Desenvolvimento e Participação. Brasília, IICA, 1982, p. 92.
2. FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1981. Rio de Janeiro, FIBGE, 1982.
3. CPE. Informe Conjuntural, Salvador (18).
4. CEPLAC. Anuário Estatístico do Cacau - 1978. Brasília, CEPLAC, 1979, p. 127.
5. CPE. Informe Conjuntural, Salvador (15).
6. CEPLAC, op. cit. nota 4, p. 127.
7. CEPLAC, op. cit. nota 4, p. 210.
8. Garcez, Angelina, N. R. e Freitas, Antonio F. G.. Bahia Cacauzeira: um estudo de história recente. Salvador, UFBA, 1979. (Estudos Baianos, nº 11), pp. 20-5.
9. CEPLAC/IICA. Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacauzeira, Vol. 8, História Econômica e Social. Ilhéus, CEPLAC, 1976, p. 55.
10. CEPLAC/IICA, op. cit. nota 9, pp. 53-8.
11. Vergara, Júlio R. A. et. alli. Aspectos da Distribuição da Produção e Área de Cacau do Estado da Bahia. Itabuna, CEPLAC, 1980. (Boletim Técnico nº 75 do Centro de Pesquisas do Cacau), p. 15.
12. CEPLAC/IICA. Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacauzeira, vol. 14, Estrutura Agrária. Ilhéus, CEPLAC, 1976, p. 3.
13. CEPLAC. Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional 1976-1985. Brasília, CEPLAC, 1977, pp. 46-8.
14. Vergara, Julio R. A. et. alli, op. cit. nota 11, pp. 20-1.
15. CEPLAC/IICA. Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacauzeira, vol. 11, Mão-de-Obra e Elementos de Relações de Produção. Ilhéus, CEPLAC, 1976, p. 36.
16. Ramalho, Elomar Duarte. Escassez de Mão-de-Obra na Região Cacauzeira da Bahia. Fatores Condicionantes. Itabuna, CEPLAC, 1977. (Boletim Técnico nº 57 do Centro de Pesquisas do Cacau), p. 34.
17. Araújo, José Bezerra. Salários, Preços e Mobilidade do Trabalho em 10 Micro-regiões do Estado da Bahia. Salvador, 1979.
18. CEPLAC/IICA, op. cit. nota 15, p. 43.
19. Ramalho, Helomar Duarte et. alli., op. cit. nota 16, p. 23.
20. CEPLAC/IICA, op. cit. nota 15, p. 39.

NO CENTENÁRIO DA
CARTAS A

As cartas de Marx ocupam um lugar de destaque em toda a sua vasta obra. Em particular as missivas a Kugelmann de abril de 1871 que aqui reproduzimos, constituem documentos fundamentais para a apreensão da essência revolucionária do marxismo. Escritas no exílio, em Londres, quando o centro dos embates revolucionários na Europa deslocava-se para Paris, onde os heróicos comunardos ousavam "tomar o céu de assalto", elas testemunham o vigor, a acuidade e a profundidade do pensamento do fundador do socialismo científico.

Da análise concreta sobre a Comuna, Marx retirou importantes conclusões até hoje úteis à ação política do proletariado e da sua vanguarda revolucionária. Dentre elas ganha realce a idéia, sempre tergiversada pelos oportunistas de diferentes matizes, da necessidade de *demolir* a máquina burocrática militar do velho poder, como tarefa essencial de toda revolução popular.

Por outro lado, como entusiasta da revolução, Marx entoava um verdadeiro hino de louvor à iniciativa revolucionária das massas, que muitas vezes irrompe sem "respeitar" as condições favoráveis ou desfavoráveis existentes. Em 1870, Marx advertira o proletariado francês quanto às condições desfavoráveis para uma tentativa de tomar o poder. Mas, quando em 1871 desencadeou-se a insurreição, tratou de agir como um participante da batalha, visando levar o movimento revolucionário a uma etapa mais alta. Analisou os erros não para refrear o ímpeto da luta, mas para mobilizar todas as energias do povo a fim de golpear duramente o inimigo.

Desse modo, Marx alerta os verdadeiros revolucionários a estarem sempre atentos diante da possibilidade de ocorrerem "acazos" na história, para que, ao invés de se perderem em lucubrações misticadoras, mergulhem fundo no curso dos acontecimentos, colocando-se à frente das ações combativas.

Marx a L. Kugelmann

Londres, 12 de abril de 1871

Se você reler o último capítulo do meu 18 Brumário, verá que afirmo que a próxima tentativa da revolução francesa não será passar a máquina burocrático-militar de umas para outras mãos, como até agora vinha sucedendo, mas tratará de demoli-la, e esta é a condição prévia de toda verdadeira revolução popular no continente. Nisto precisamente, consiste a tentativa de nossos heróicos camaradas de Paris. Quanta flexibilidade, quanta iniciativa histórica, e quanta capacidade de sacrifício têm esses parisienses! Depois de seis meses de fome e ruína, decorrentes mais da traição interna que do inimigo exterior, eles se rebelam, sob as baionetas prussianas, como se não houvesse guerra entre a França e a Alemanha, como se o inimigo não se achasse às portas de Paris! A história ainda não conhecera exemplo igual de heroísmo! Se forem vencidos, a culpa caberá, exclusivamente, a seu "bom coração". Devia-se ter empreendido, sem demora, a ofensiva contra Versalhes, depois da fuga de Vynoi e, com ele, da parte reacionária da Guarda Nacional. Deixou-se escapar a oportunidade, por escrúpulo de consciência. Não se queria iniciar a guerra civil, como se esse aborto que é Thiers não a houvesse já começado quando tentou desarmar Paris. O segundo erro consistiu em que o Comitê Central renunciou demasiado cedo aos seus poderes, para ceder lugar à Comuna. Novamente, esse escrúpulo demasiadamente "honesto". De qualquer forma, a insurreição de Paris — mesmo no caso em que venha a ser esmagada pelos lobos, pelos porcos e pelos cães vis da velha sociedade — constitui a mais heróica façanha de nosso Partido, desde o período da insurreição de junho. Comparem-se a estes parisienses — dispostos a assaltar o céu — os servos do sagrado império romano germânico-prussiano, com suas masca-

MORTE DE KARL MARX

KUGELMANN

Marx a L. Kugelmann

Londres, 17 de abril de 1871



Karl Marx e seu colaborador e amigo F. Engels.

radas ante-diluvianas que cheiram a quartel, a igreja, a Junkers e, acima de tudo, a filisteísmo.

A propósito: na edição oficial de documentos sobre os subsídios fornecidos diretamente pela caixa de L. Bonaparte, indica-se que Vogt recebeu, em agosto de 1857, 49 000 francos! Já comuniquei o fato a Liebknecht, para que faça disso o uso conveniente, no momento oportuno.

Pode enviar-me o Haxthausen*: nos últimos tempos, recebo intactos os folhetos, etc., que me vêm não só da Alemanha mas até mesmo de Petrogrado.

Meus agradecimentos pelos jornais que você mandou. (Se puder mande-me ainda mais, pois penso escrever algo sobre a Alemanha, o Parlamento Imperial etc.) [...]

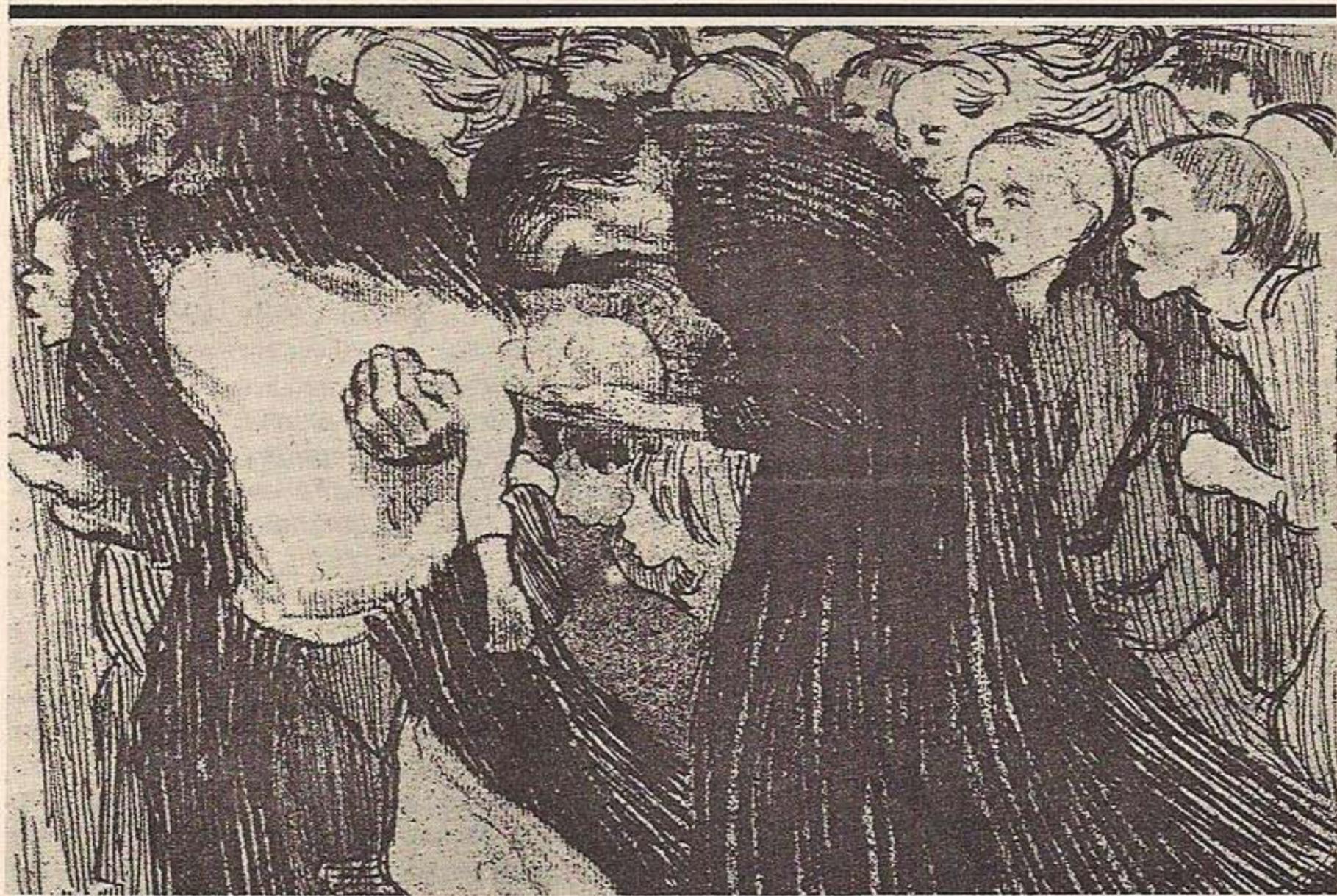
* Haxthausen. Trata-se do livro de A. Haxthausen "A Origem e as Bases do Regime Social nas Antigas Terras Eslavas da Alemanha em Geral e no Condado da Pomerânia em Particular".

Recebi sua carta. Estou assoberbado de trabalho. Por isso, escrevo apenas algumas palavras. Não posso compreender, de modo algum, como você pode comparar as manifestações pequeno-burguesas, do tipo das de 13 de julho de 1849 ** etc., com a luta que hoje se desenvolve em Paris.

É claro que seria muito fácil fazer a história universal se se pudesse empreender a luta somente em condições de vitória infalível. Além disso, a história passaria a ter um caráter muito místico se os "acazos" não desempenhassem nenhum papel. Como é natural, os acazos formam parte do curso geral do desenvolvimento e são compensados por outros acazos. Mas a aceleração ou o retardamento do desenvolvimento dependem, em grau considerável, desse "acazos", entre os quais figura o caráter dos homens que dirigem o movimento em sua fase inicial.

O "acazo" decisivamente desfavorável não deve ser, desta vez, procurado nas condições gerais da sociedade francesa, e sim na presença dos prussianos na França e às portas de Paris. Os parisienses sabiam muito bem disso. Mas também o sabiam os canalhas burgueses de Versalhes. Eis porque levantaram ante os parisienses a alternativa de aceitar seu desafio ou entregar-se sem luta. Nesta última hipótese, a desmoralização da classe operária teria sido uma desgraça muito maior do que o sacrifício de um número qualquer de "líderes". Graças à Comuna de Paris, a luta da classe operária contra a classe dos capitalistas e contra o Estado que representa os interesses desta última entra agora em nova fase. Seja qual for o desenlace imediato, conquistou-se desta vez um ponto de partida novo de importância histórico-mundial.

** A 13 de junho de 1849, celebrou-se, em Paris, por iniciativa do Partido da Montanha, uma manifestação de protesto contra a derrubada violenta da república romana pelas tropas francesas. Essa manifestação foi dissolvida sem grandes dificuldades — e veio confirmar a bancarrota da democracia pequeno-burguesa na França. (N. da R.) (N. da R.)



Desenho de Kate Kollwitz (1867/1945)

A FOME NO BRASIL

*Lígia Maria Vieira da Silva**

Neste artigo, a autora demonstra que as causas da fome estão diretamente ligadas ao modo de produção capitalista e ao modelo dependente implantado no Brasil.

Desnutrição: problema mundial de Saúde Pública

A desnutrição, expressão biológica do fenômeno social da fome, é considerada indiscutivelmente como um dos maiores,

* Professora assistente do Deptº de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da UFBA. Mestre em Saúde Comunitária pela UFBA.

senão o maior, problema mundial de Saúde Pública. Em 1960, por ocasião do lançamento da campanha mundial contra a fome pela OMS (Organização Mundial de Saúde), o problema afetava mais de 50% da população do planeta.

Recentemente, o total de indivíduos que apresentam deficiência calórica no mundo varia entre 360 e 500 milhões, segundo dados do Banco Mundial para 1976 e outros apre-

sentados na Conferência Mundial de Alimentação em 1974⁽¹⁾. Particularmente são atingidos os países "subdesenvolvidos" onde a prevalência da desnutrição infantil chega a 70% segundo estimativa de Berg⁽²⁾.

O total de indivíduos que apresentam deficiência calórica no mundo varia entre 360 e 500 milhões, segundo dados do Banco Mundial para 1976.

A desnutrição atinge a saúde dos indivíduos por um lado, produzindo as chamadas "doenças carenciais" propriamente ditas e, por outro, contribuindo para a elevação da prevalência das doenças infecciosas e parasitárias. O indivíduo desnutrido tem sua resistência reduzida devido, entre outros fatores, à redução na capacidade do organismo na formação de anticorpos específicos. Como exemplo da maior susceptibilidade à infecção por parte dos pacientes com déficit nutricional, tem-se a alta freqüência das diarreias agudas e doenças agudas das vias respiratórias superiores entre crianças desnutridas.

A repercussão deste fenômeno sobre a mortalidade infantil ficou bem evidenciada no estudo de Puffer e Serrano⁽³⁾, onde a desnutrição aparece como causa isolada ou associada de óbito em menores de um ano em cerca de 60% dos casos.

Observa-se uma nítida tendência ao agravamento da situação nutricional tanto no Brasil como em escala mundial nas últimas décadas.

Ao lado da constatação da extensão e gravidade do problema, observa-se uma nítida tendência ao agravamento da situação nutricional tanto no Brasil como em escala mundial nas últimas décadas.

A situação entre nós: evolução do problema no Brasil e em Salvador

O diagnóstico da situação nutricional no nosso meio e sua evolução histórica nas últi-

mas décadas, defrontam-se com uma ausência de dados comparáveis neste período. No entanto, aqueles disponíveis permitem uma aproximação razoável com o quadro real.

Os indicadores do estado nutricional mais utilizados nesses estudos são os referentes à quantidade de calorias ingeridas (ingesta calórica). As principais fontes de energia são os hidratos de carbono (açúcar), as gorduras e em menor grau as proteínas, sendo que as necessidades diárias de energias variam com a idade, sexo e atividade. Por exemplo, uma criança entre 7 e 9 anos necessita de 2.190 cal/dia que podem ser obtidas através de ingestão de cereais, leguminosas e/ou variedades de açúcar (mel, melaço etc). Estes são, no entanto, indicadores indiretos do estado nutricional que embora se correlacionem bem com a antropometria (avaliação das relações entre peso e idade e peso e altura), apresentam problemas devido à tendenciosidade do observador, memória pobre e amostragem errada da dieta.

Existem dois estudos importantes a nível nacional que serão tomados como referência. O primeiro é a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 1962, que investigou o consumo alimentar aferindo o estado nutricional da população a partir da ingesta calórica. Foram entrevistadas 7.309 famílias da área urbana — 1.816 famílias da área rural, sendo que foram retiradas amostras de 8 capitais⁽⁴⁾. O segundo é o ENDEF (Estudo Nacional da Despesa Familiar) de 1975, realizado pelo IBGE, mais completo que o primeiro, pois além de averiguar a ingesta calórica, traz dados antropométricos para a avaliação nutricional da população brasileira. Infelizmente, apesar de já decorrerem quase 8 anos da realização deste estudo, a totalidade dos dados ainda não foi publicada, limitando assim algumas avaliações.

A análise dos dados revela um quadro estarrecedor: segundo o estudo da Fundação Getúlio Vargas para 1962, 27 milhões de brasileiros, ou seja, 38,5% da população, exibiam ingesta calórica insuficiente, sendo que o problema afetava 53,7% da população urbana e 31,1% da população rural (TABELA I). Já em 1975, resultados do ENDEF revelaram que cerca de 67,2% da população urbana e 63,4% da população rural eram atingidos, o que constitui uma clara indicação do agravamento do problema, a despeito das diferenças metodológicas entre os dois estudos (TABELA II).

TABELA I — Consumidores com ingesta calórica diária "per capita" abaixo do padrão de 2.450 calorias no Brasil e nas grandes regiões, 1960.

TOTAL	BRASIL		NORDESTE		LESTE		SUL	
	1.000	% do Total	1.000	% do Total	1.000	% do Total	1.000	% do Total
TOTAL	27.337	38,5	16.041	75,4	9.337	37,6	7.164	28,8
Urbana...	17.189	53,7	5.560	75,8	6.315	52,5	5.551	44,0
Rural...	12.126	31,1	10.525	75,5	4.038	31,6	336	2,8

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

TABELA II — Estimativa de população, com dieta adequada em 1975.

	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO COM DIETA ADEQUADA		POPULAÇÃO COM DIETA INADEQUADA
	(1.000)	(1.000)	(% do Total)	(% do Total)
NORDESTE				
— RURAL	17.739.8	5.361.2	30.2	69.8
— URBANO	14.291.7	1.217.6	8.5	91.5
— TOTAL	<u>32.031.5</u>	<u>6.578.8</u>	20.6	79.4
SUDESTE				
— RURAL	20.046.2	14.010.9	69.9	30.1
— URBANO	44.524.8	13.195.1	29.6	70.4
— TOTAL	<u>64.571.0</u>	<u>27.206.1</u>	42.1	75.9
FRONTEIRA				
— RURAL	5.268.7	678.9	12.9	87.1
— URBANO	5.274.0	649.8	12.3	87.7
— TOTAL	<u>10.542.7</u>	<u>1.328.7</u>	12.6	87.4
BRASIL				
— RURAL	43.064.7	20.051.0	46.6	53.4
— URBANO	64.080.5	15.062.6	23.5	76.5
— TOTAL	<u>107.145.2</u>	<u>35.113.6</u>	32.8	67.2

Fonte: Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM), Situação Alimentar e Nutricional do Brasil, Brasília, 1981.

Verifica-se, através dos dados disponíveis, tanto para o Estado da Bahia como para a cidade do Salvador, um comportamento semelhante. A média diária *per capita* de ingesta calórica para o Estado, em 1962, era de 2.020 calorias, bastante abaixo do mínimo requerido conforme padrão utilizado no próprio inquérito da FGV, ou seja, 2.450 cal/pessoa/dia.

A distribuição da desnutrição não é casual, atingindo preferencialmente as cama-

das que recebem menos de dois salários mínimos. 75,77% das famílias de área urbana do nordeste situam-se nesta faixa de renda, estando, portanto, sujeitas à fome. Em 1962, Singer⁽⁵⁾, constatou que 70% da população da área metropolitana de Salvador sofria de déficit calórico e 16,5% de déficit protéico, a partir dos mesmos dados da FGV.

Em 1975, o consumo calórico médio *per capita* em Salvador era de 1.755 cal/pessoa/dia, de acordo com o ENDEF. Persiste

a nítida relação entre ingesta calórica e classe de renda, sendo que a quantidade de calorias por comensal/dia para as famílias cujo rendimento é inferior a um salário mínimo, é apenas a necessária para manter o metabolismo basal de um homem adulto entre 30 e 32 anos ou de uma mulher entre 34 e 46 anos de acordo com padrões da FAO.

A análise de outros indicadores indiretos também reforça a tendência apontada. Os efeitos da concentração de rendas e da desvalorização do salário real sobre o estado nutricional são evidenciados pelo aumento das taxas de mortalidade infantil.

Desse modo, 84% da população economicamente ativa da Bahia em 1980 estaria sujeita às formas graves e moderadas da desnutrição.

A desnutrição nas suas formas grave e moderada só desaparece nas faixas de renda superiores a 1,5 salários mínimos *per capita*, o que corresponde a uma renda familiar de 7,5 salários mínimos mensais. Desse modo, 84% da população economicamente ativa da Bahia em 1980, estaria sujeita às formas grave e moderada da desnutrição.

Estes dados correlacionam-se com os resultados do ENDEF, segundo os quais as famílias com renda inferior a 8 salários mínimos apresentaram ingesta calórica média de 1.813 calorias para o Nordeste, sendo que na cidade do Salvador a situação é mais grave, considerando-se que a ingesta calórica média para as famílias com renda inferior a 7 salários é de 1.969 calorias.

O conjunto de dados disponíveis da década de 60 até o presente momento para a população brasileira e particularmente para a de Salvador, revela a existência de grave problema nutricional. Contingentes populacionais consideráveis apresentam a problemática da fome, inclusive formas graves e moderadas de desnutrição.

Histórico e conceituação

As deficiências nutricionais parecem ter inexistido nos primórdios da civilização. As

comunidades primitivas viviam da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres, sendo que episódios de fome só ocorriam por ocasião de flagelos naturais como as secas. Os primeiros relatos das deficiências nutricionais clássicas (pelagra, escorbuto, raquitismo) referem-se a situações excepcionais como guerras, isolamento e prisão.

No que diz respeito à desnutrição protéico-calórica, as primeiras descrições de marasmo (forma clínica da desnutrição grave), datam do século XVI e coincidem com o período mercantilista e o início do processo de urbanização acelerada. O produtor isolado (artesão), começa a ser separado dos seus meios de produção com o advento da manufatura e a obtenção de alimentos passa a se dar então através do salário e via mercado. Já o quadro conhecido como *Kwashiokor* (outra forma clínica da desnutrição grave), embora existam referências na literatura desde 1848, é apenas descrito em 1931 pela dra. Cicely Williams, que estabelece a suposta relação causal entre este e a deficiência protéica na alimentação.

Desde então a desnutrição aparece na literatura médica especializada como doença carencial, estudada nas suas formas clínicas graves, moderadas e leves, estas últimas a partir da introdução do método antropométrico de Gomez na década de 40.

Estas definições restringem-se ao âmbito do biológico, referindo-se a aspectos da patogênese de uma pequena parcela do espectro das deficiências nutricionais, ou seja, aos estágios mais avançados quando alterações clínicas, bioquímicas e/ou anatômicas são identificáveis.

O fenômeno em questão extrapola os limites estritamente biológicos, devendo ser investigado nas suas relações com a estrutura social.

Outras abordagens têm indicado que o fenômeno em questão extrapola os limites estritamente biológicos, devendo ser investigado nas suas relações com a estrutura social. Por este motivo, o termo **fome** vem sendo empregado por alguns autores e pela própria Organização Mundial de Saúde.

Na verdade, a abordagem biológica do fenômeno e a própria utilização preferencial do termo desnutrição revelam uma tentativa de dissimulação da sua natureza social, bem caracterizada pela expressão **fome**, que traduz as desigualdades sociais existentes na raiz do problema. Josué de Castro em 1946, já considerava que a escassez de estudos sobre o assunto na literatura mundial na década de 40, refletia o fato de ser a fome um dos **tabus** da civilização ocidental. Os interesses econômicos das minorias dominantes, os preconceitos morais e as implicações explosivas econômicas e sociais eram os fatores apontados pelo autor como responsáveis pelo escamoteamento do fenômeno da fome⁽⁶⁾.

O fato de o indivíduo ser proprietário dos meios de produção ou da sua força de trabalho é que define o tipo de habitação, o acesso ao saneamento, o tipo de trabalho e a conseqüente remuneração, o desgaste físico etc.

No entanto, fome e desnutrição não são termos superponíveis. A fome pode ser compreendida como qualquer situação onde haja ingestão insuficiente de alimentos, aguda ou crônica, referindo-se desta forma a todo o espectro das deficiências nutricionais. Já a desnutrição é um conceito adequado para descrever as manifestações clínicas e patológicas que o organismo pode apresentar quando submetido à ausência crônica de alimentos.

A concepção multicausal da fome

A existência de diversos fatores envolvidos na produção da fome é constatada na maioria dos trabalhos existentes sobre o tema. Estes estudos adotam a concepção multicausal epidemiológica, onde combinações dos seguintes fatores se relacionam com a ocorrência da desnutrição: dieta, infecção, fatores psicológicos, situação sócio-econômica (educação, renda, habitação insalubre, **tabus** alimentares), produção insuficiente de alimentos, padrões culturais, nutrição materna e desmame precoce.

Existem dados que mostram ser o déficit nutricional da população brasileira basicamente calórico e não protéico, sendo que as fontes de caloria não variam significativamente entre as diversas regiões do país.

Neste tipo de abordagem, frequentemente as múltiplas causas da desnutrição aparecem como responsabilidade dos indivíduos atingidos, como atributos individuais, como é o caso entre outras, de variáveis tais como educação materna, capacidade de seleção dos alimentos e **tabus** alimentares. Contrariando esta concepção, existem dados que mostram ser o déficit nutricional da população brasileira basicamente calórico e não protéico, sendo que as fontes de caloria não variam significativamente entre as diversas regiões do país⁽⁷⁾. Alves, comparando a cesta de alimentos de famílias adequadas nutricionalmente com famílias não adequadas, constatou que a composição da cesta era a mesma, concluindo que a inadequação nutricional relacionava-se com a quantidade e não com a qualidade dos alimentos.

A principal crítica ao modelo multicausal consiste na identificação de que nesta concepção, o social é reduzido a um atributo dos indivíduos e à homogeneização das diversas variáveis relacionadas como determinantes da desnutrição⁽⁸⁾. As associações estabelecidas entre a desnutrição e as diversas variáveis acima relacionadas, embora até certo ponto possam ser reais, não explicam o processo de produção da desnutrição: de que forma todos estes fatores interagem para produzir o fenômeno da fome. Representam partes de uma totalidade, aspectos de um fenômeno cuja compreensão global parece estar na dependência de uma análise que leve em conta a estrutura social.

Desnutrição e estrutura social: a produção social da fome

A ausência de discussão acerca dos fatores históricos e sociais envolvidos na gênese da desnutrição é até certo ponto deliberada, re-

fletindo interesses de preservação da ordem social vigente. A busca da causa da fome nos indivíduos e não na sociedade, implica em mudanças nos atingidos pelo problema e não na ordem social a que estes pertencem.

Existem diversas orientações metodológicas na investigação da produção das doenças que levam em conta, de uma forma ou de outra o "social" sendo que o significado deste termo varia, de acordo com as referidas orientações.

Dentre estas destaca-se a abordagem marxista que surge da necessidade de uma melhor compreensão dos determinantes das doenças, ao lado da constatação da sua historicidade e das relações com a estrutura social.

O conceito de "causalidade social das doenças" utilizado por Laurell em 1976 num estudo pioneiro, situa-se dentro desta perspectiva. Investigando as relações entre o risco de adoecer e as modificações nas relações de produção, em duas comunidades rurais do México, a autora procura ilustrar a idéia de que as doenças são produzidas no contato dos homens com a natureza, contato este que em sociedades concretas é dado pelas relações de produção dominantes, ou seja, pela estrutura social⁽⁹⁾.

A forma pela qual a sociedade organiza sua produção de bens materiais e as decorrentes relações de produção estabelecidas entre os homens é que explicam a distribuição dos fatores, agentes e (ou) variáveis envolvidos com a produção da fome.

Existem hoje evidências de que, na natureza, os eventos relacionados com a gênese da desnutrição não ocorrem ao acaso, sendo desigualmente distribuídos, com probabilidade de ocorrências diferenciadas, historicamente determinados e dependentes da inserção dos indivíduos no processo produtivo. Em outras palavras, a forma pela qual a sociedade organiza sua produção de bens materiais e as decorrentes relações de produção estabelecidas entre os homens, é que explicam a distribuição dos fatores, agentes e/ou variáveis envolvidos com a produção da fome.

Fome e classe social

Tomando como ponto de partida o indivíduo, a nutrição pode ser vista como um componente da reprodução do corpo biológico. Os indivíduos nas sociedades concretas, agrupam-se em determinadas classes sociais, a depender da posição que ocupam no processo produtivo e das relações que mantêm com os meios de produção. A classe social à qual o indivíduo pertence é que vai determinar, em última instância, o conjunto de fatores que interferem na sua reprodução.

No modo de produção capitalista, as relações de produção preponderantes são as relações capitalistas que dividem a sociedade em duas classes principais: a dos donos dos meios de produção, e a daqueles que vendem sua força de trabalho. Neste modo de produção, a reprodução do corpo do trabalhador faz parte do consumo individual realizado por ele na produção. O consumo individual refere-se aos meios necessários à subsistência do trabalhador, que envolvem, além da nutrição, também a habitação, o vestuário e o transporte.

Em outras palavras, fatores envolvidos com o processo da nutrição, (sejam aqueles relativos à ingesta, como renda, quantidade e qualidade dos alimentos, sejam aqueles relativos ao dispêndio da energia, como tipo de trabalho, extensão da jornada, intensidade do trabalho, stress e outros) apresentam variações que dependem da inserção do indivíduo no processo produtivo. Ou seja, o fato de o indivíduo ser proprietário dos meios de produção ou da sua força de trabalho é que define o tipo de habitação, o acesso ao saneamento, o tipo de trabalho e a conseqüente remuneração, o desgaste físico etc. Desta forma, as inúmeras variáveis que aparecem associadas com a desnutrição, sendo conseqüentemente arroladas como fatores causais da mesma, representam na realidade aspectos relativos às condições de vida de determinadas classes sociais.

Existem indicações diversas, tanto empíricas quanto teóricas, de que a prevalência da desnutrição é maior entre as massas trabalhadoras, onde os salários são baixos, e nos segmentos em que o desemprego e o subemprego são características constantes. Um estudo acerca do estado nutricional de crianças em núcleos rurais do Vale do Ribeira revelou que 49,9% dos filhos de trabalhadores assalaria-

dos, 45,8% dos filhos de arrendatários/meeiros e 35,6% dos filhos de pequenos proprietários apresentavam desnutrição protéico-calórica⁽¹⁰⁾. A prevalência da desnutrição urbana foi maior nos filhos de trabalhadores não especializados (carvoarias, serrarias e construção civil) com 75,8%, 61% e 50% respectivamente, do que naqueles especializados, como indústria (43%), transporte (40%) e restaurante (36%).

A associação entre baixa renda e fome, já bem estabelecida na literatura através de inúmeros trabalhos, representa na realidade um indicador indireto da relação entre estado nutricional e classe social. Como as faixas de renda onde se situa o problema nutricional correspondem exatamente àquelas classes sociais e camadas que exibem de forma mais acentuada a desnutrição, o raciocínio orienta-se no sentido de compreender a associação entre fome e baixa renda, como uma associação secundária.

A fome endêmica só vai surgir como problema de saúde pública com o advento do mercantilismo.

A renda decorre e é um componente da inserção do indivíduo na produção, não podendo de forma alguma, ser dissociada desta. A fome endêmica só vai surgir como problema de saúde pública com o advento do mercantilismo. A divisão social do trabalho e a separação do produtor direto dos seus meios de produção, que então se inicia, fazem com que os trabalhadores só possam ter acesso aos alimentos via mercado, ou seja, que a nutrição passa a depender não só dos preços dos alimentos, como principalmente do salário. O salário, por sua vez, remunera a força de trabalho cujo valor, à semelhança das demais mercadorias, depende do tempo de trabalho necessário para sua produção, conforme desenvolve Marx:

"o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor."⁽¹¹⁾

A ocorrência da desnutrição, nesta cir-

cunstância, significa que não está havendo reposição da energia gasta durante a jornada de trabalho e que a força de trabalho está sendo remunerada abaixo do seu valor.

Para o capitalista, não importa que algumas centenas de milhares de trabalhadores morram de fome se existem substitutos para os mesmos.

No entanto, o conceito de produção e reprodução da força de trabalho não se limita à reprodução do trabalhador individual, refere-se à reprodução da classe operária como um todo. Para o capitalista, não importa que algumas centenas de milhares de trabalhadores morram de fome se existem substitutos para os mesmos. Interessa apenas que existam sempre trabalhadores aptos a entrar na produção: que a classe operária, ou seja, que a força de trabalho esteja continuamente reproduzindo-se. Por isto, os proprietários dos meios de produção procuram rebaixar ao máximo o valor da força de trabalho.

Um outro grupo social atingido pela desnutrição é aquele formado pelos desempregados e subempregados que ao lado dos inativos constituem o **exército industrial de reserva**. Embora a literatura na área da nutrição ressinta-se da ausência de trabalhos que estudem especificamente a desnutrição nestes contingentes urbanos, a partir de uma abordagem estrutural, existem indicações indiretas desta relação. A alta prevalência da desnutrição em crianças migrantes, a faixa de renda onde estes setores se situam, assim como as condições de habitação e saneamento, coincidem com aquelas situações em que a desnutrição é mais freqüente.

A existência do **exército industrial de reserva** não só decorre do processo de acumulação capitalista como é condição necessária para que o mesmo ocorra:

"Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de

reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele."⁽¹²⁾.

Desta forma, a problemática da fome não decorre do acaso, nem tampouco pode ser explicada por variáveis ou atributos individuais. Existem evidências que relacionam o fenômeno da fome endêmica com a divisão da sociedade em classes sociais. As condições para o surgimento da fome e da desnutrição são criadas no processo de acumulação capitalista atingindo segmentos da classe social produtora de riquezas, a classe operária, cujo trabalho é objeto de exploração por parte das classes detentoras dos meios de produção.

Fatores conjunturais

O processo de acumulação capitalista, a partir do golpe militar de 1964, apresenta duas características centrais que repercutem sobre o estado nutricional da população brasileira: a dependência externa e a política de contenção salarial.

O desenvolvimento dependente... e a política salarial adotada neste período, conhecida popularmente como arrocho salarial, determinou a perda do valor real dos salários, através de reajustes inferiores às taxas inflacionárias.

O desenvolvimento dependente, por re-

querer um contínuo retorno do excedente do capital à circulação internacional, entrava os investimentos internos, contribuindo diretamente para o aumento do subemprego, com as conseqüências decorrentes desta situação em relação ao estado nutricional da população.

A política salarial adotada neste período, conhecida popularmente como arrocho salarial, determinou a perda do valor real dos salários, através de reajustes inferiores às taxas inflacionárias. Em conseqüência, houve um agravamento da concentração de renda já existente no país, com repercussões particularmente graves para os trabalhadores.

A este respeito, a evolução do salário mínimo é reveladora. Segundo dados do DIEESE, o salário mínimo representava em março de 1982 apenas 55% do valor do primeiro salário mínimo do trabalhador brasileiro, instituído em 1940. A perda do poder aquisitivo do salário mínimo ocorre exatamente a partir de 1962. Esta desvalorização correlaciona-se inversamente com alguns indicadores indiretos do estado nutricional, como é o caso das taxas de mortalidade infantil e da estimativa de esperança de vida ao nascer.

Por fim, as relações existentes entre a problemática da fome e a acumulação capitalista aqui assinaladas, ao lado do seu agravamento a partir da adoção de um modelo econômico concentrador de rendas no Brasil, são fortes indicações de que transformações sociais relevantes se fazem necessárias para a superação da fome, enquanto questão social, o que envolve modificações das relações sociais de base que determinam esse fenômeno, assim como a eliminação das distribuições desiguais de poder e riqueza existentes no país.

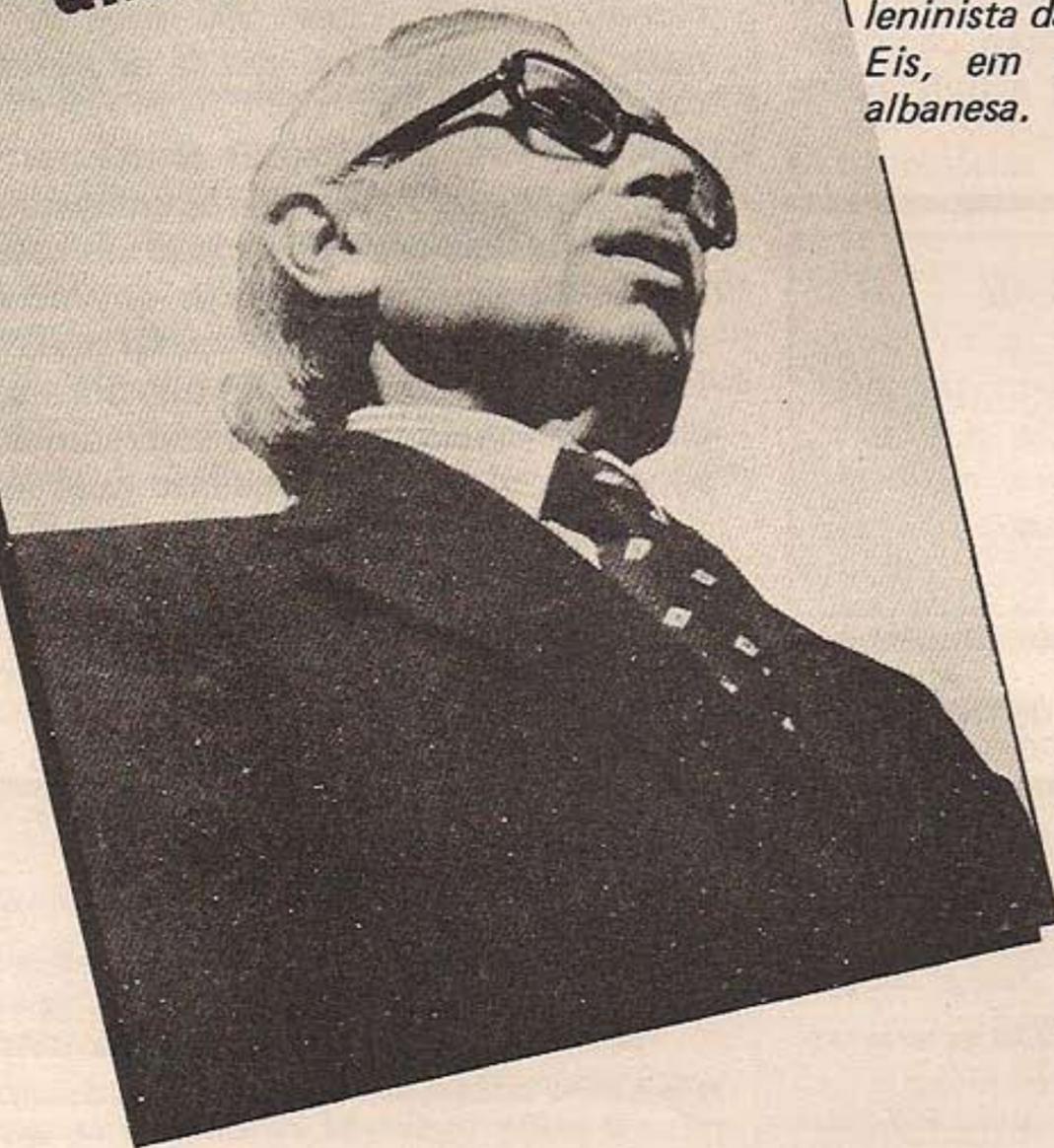
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- | | |
|--|--|
| (1) - FAO/WHO JOINT EXPERT COMMITTEE ON NUTRITION. | (7) - Alves, E. L. G. <i>Desnutrição e Pobreza no Brasil</i> . |
| (2) - Berg, A. <i>O Fator Nutrição. Seu Papel no Desenvolvimento Nacional</i> . | (8) - Arouca, A. S. <i>O Dilema Preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva</i> . |
| (3) - Puffer, R. R. e Serrano, C. V. <i>Características da mortalidade na infância</i> . | (9) - Laurell de Leal, A. C. - <i>Enfermidade e Desenvolvimento: análise sociológica da morbidez nas populações rurais mexicanas</i> . |
| (4) - Fundação Getúlio Vargas. | (10) - Monteiro, C. A. <i>Epidemiologia da desnutrição protéico-calórica em núcleos rurais do vale do Ribeira</i> . |
| (5) - Singer P. <i>Consumo alimentar na área metropolitana de Salvador</i> . | (11) - Marx, K. <i>O Capital</i> . |
| (6) - Castro, J. <i>Geografia da Fome</i> . | (12) - Marx, K. <i>O Capital</i> . |

PUBLICADO EM DE JOÃO

Zhoao Amazonas

**Për idealet e lirisë
të demokracisë
dhe të socializmit**



Sob o título PELOS IDEAIS DA LIBERDADE, DA DEMOCRACIA E DO SOCIALISMO, a CASA EDITORIAL 8 DE NOVEMBRO, da Albânia, acaba de publicar a tradução em língua albanesa, dos livros PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA POPULAR E SOCIALISMO – IDEAL DA CLASSE OPERÁRIA, ASPIRAÇÃO DE TODOS OS POVOS, de autoria do veterano dirigente comunista brasileiro João Amazonas.

Tal fato indica o interesse e a solidariedade dos comunistas e do povo albaneses para com a luta do povo brasileiro, assim como atesta o imenso prestígio internacional granjeado pela vanguarda marxista-leninista da nossa classe operária.

Eis, em seguida, o prefácio à edição albanesa.

O livro PELOS IDEAIS DA LIBERDADE, DA DEMOCRACIA E DO SOCIALISMO, que se oferece agora ao leitor albanês, é uma

coletânea de escritos e discursos do veterano comunista, dirigente do Partido Comunista do Brasil e destacada personalidade do movimento comunista marxista-leninista internacional, João Amazonas.

ALBANÊS LIVRO AMAZONAS

Neste livro incluem-se materiais publicados no Brasil em duas brochuras, sob os títulos PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA POPULAR e SOCIALISMO — IDEAL DA CLASSE OPERÁRIA, ASPIRAÇÃO DE TODOS OS POVOS. Nele estão contidos materiais escritos nos anos 1970-1982.

O camarada João Amazonas é conhecido pelos comunistas albaneses e no movimento marxista-leninista de nosso tempo como revolucionário proletário e como um indômito combatente pelos interesses da classe operária e do povo brasileiro, pelo triunfo da causa do socialismo no Brasil e no mundo, pela defesa do marxismo-leninismo em luta inconciliável contra o revisionismo contemporâneo soviético, iugoslavo, eurocomunista e chinês. A ele cabe o mérito especial de, à frente dos comunistas brasileiros sadios, ter-se insurgido corajosamente contra a traição dos revisionistas kruschovistas e seus sequazes no Brasil e de ter dirigido o processo de reorganização do P.C. do Brasil sobre bases marxistas-leninistas no ano de 1962. Desde então e continuamente, o P.C. do Brasil, sob a direção do camarada João Amazonas, tem seguido uma linha marxista-leninista clara e conseqüente, e desenvolvido uma heróica luta contra a reação, pelos verdadeiros interesses nacionais do país, pelos direitos democráticos e pelo futuro socialista, contra o imperialismo, sobretudo o imperialismo norte-americano e o social-imperialismo soviético; igualmente, tem prestado uma valiosa ajuda ao desenvolvimento do movimento revolucionário e marxista-leninista internacional. O camarada João Amazonas é também conhecido, especialmente no movimento comunista e na opinião pública da América Latina, como um talentoso publicista marxista-leninista. Os comunistas albaneses e o nosso povo o conhecem como um honrado, querido e fiel amigo do Partido do Trabalho da Albânia e como um firme defensor da Albânia socialista.

Nos materiais de João Amazonas reunidos no livro PELOS IDEAIS DA LIBERDADE, DA DEMOCRACIA E DO SOCIALISMO são abordados diversos problemas-chave da linha e da atividade revolucionárias do P.C. do Brasil, das suas posições acerca dos problemas internos do país e internacionais. Através desses materiais, o leitor forma uma clara idéia sobre tais problemas.

Os escritos e discursos do camarada João Amazonas incluídos na presente publicação apresentam e argumentam a estratégia e a tática do P.C. do Brasil na atual etapa da revolução no Brasil, os seus objetivos emergentes, a luta que o partido desenvolve contra a feroz opressão que é exercida sobre o povo brasileiro, pela instauração de um regime democrático e popular. Além disso, neste livro são apresentados com uma clareza total os pontos de vista do P.C. do Brasil sobre a inevitabilidade e a indispensabilidade da derrocada do capitalismo e da instauração do socialismo no Brasil, do seu triunfo em todo o mundo. Todos estes materiais constituem uma verdadeira ata de acusação contra o bárbaro regime explorador e opressor capitalista e imperialista e uma defesa militante do regime socialista, construído consoante os ensinamentos do marxismo-leninismo, cujo exemplo vivo é hoje a Albânia socialista. Os textos constantes deste livro são marcados pelo espírito da luta de princípios para desmascarar as perigosas falsificações burguesas, social-democratas e revisionistas sobre a questão do socialismo.

Na leitura do livro do camarada João Amazonas saltam aos olhos alguns traços característicos dos seus escritos: o partidismo comunista; a fidelidade ao marxismo-leninismo entrelaçada com sua aplicação criadora nas condições do Brasil e da atualidade; a paixão revolucionária, o otimismo e a inabalável confiança na vitória da causa da classe operária, do socialismo no Brasil e no mundo; o estilo vivo e leve, a linguagem clara e compreensível para as amplas massas, a força convincente de sua lógica.

PERFIL DA JUVENTUDE BRASILEIRA

*Aldo Rebelo**

Primeiro de uma série que publicaremos sobre o tema, o artigo a seguir traça o perfil da juventude brasileira, destaca sua trajetória de lutas e indica o importante papel que ela tem a cumprir.

O Brasil é um país de jovens. Mais da metade de sua população ainda não completou 20 anos e a média de idade de seus habitantes é de apenas 19 anos, situando-se como uma das mais baixas do mundo⁽¹⁾. Esta vasta e poderosa força humana está distribuída no Brasil nos mais diversos ramos da atividade produtiva e intelectual, sendo que o jovem operariado industrial e a juventude estudantil compõem, por seu peso numérico e importância social, as forças de vanguarda da massa juvenil do país.

Mais da metade de nossa classe operária industrial tem menos de 30 anos e 34% têm entre 18 e 21 anos de idade.

Em que pese as dificuldades para coleta de dados e informações, sabe-se com segurança que mais da metade de nossa classe operária industrial tem menos de 30 anos e 34% têm entre 18 e 21 anos de idade⁽²⁾, o que explica a preponderância de jovens nas assembleias e jornadas de luta que marcaram este início de década nas áreas industriais do Brasil.

1,5 milhão de universitários espalhados por dezenas de Universidades e centenas de institutos de ensino superior, ao lado de aproximadamente 15 milhões de secundaristas de milhares de escolas de 1º e 2º graus, formam o grosso do contingente estudantil, incluindo-se aí os alunos de escolas técnicas e militares nos seus mais variados graus.

Refletir sobre a ação, através da história, as tarefas presentes e as perspectivas futuras da juventude brasileira, é o que tentaremos fazer neste artigo.

NA HISTÓRIA, DO LADO CERTO

Na história da humanidade, em todos os tempos, por todos os campos de combate, os movimentos revolucionários buscaram na juventude alimento e vitalidade para seguir avante. Na rebelião de jovens escravos liderados por Espártaco e Crixo teve início a contagem regressiva do Império Romano; nas barricadas da Comuna de Paris, em 1871, o jovem proletariado francês mostrou ao mundo a face radiante de um novo poder; jovens operários revelaram-se habilidosos políticos e diligentes administradores no nascente poder operário constituído na Rússia em 1917; 90% de jovens compunham as fileiras do exército que libertou a Albânia da opressão fascista; até hoje os povos da América Latina respeitam e admiram o heroísmo e o desprendimento do jovem médico

* Aldo Rebelo foi Presidente da UNE na gestão 1980/81, é jornalista profissional e suplente de Deputado Federal.

argentino Ernesto "Che" Guevara. Aqui, na América Latina, adolescentes e mesmo crianças, enfrentam desde a tenra idade a dura realidade da opressão neocolonialista e encontram no manusear precoce do fuzil a única esperança de um amanhã de liberdade e independência. Vietnã, Nicarágua, Palestina, El Salvador são exemplos recentes desses combates onde a juventude esteve e está nas primeiras fileiras dos combatentes.

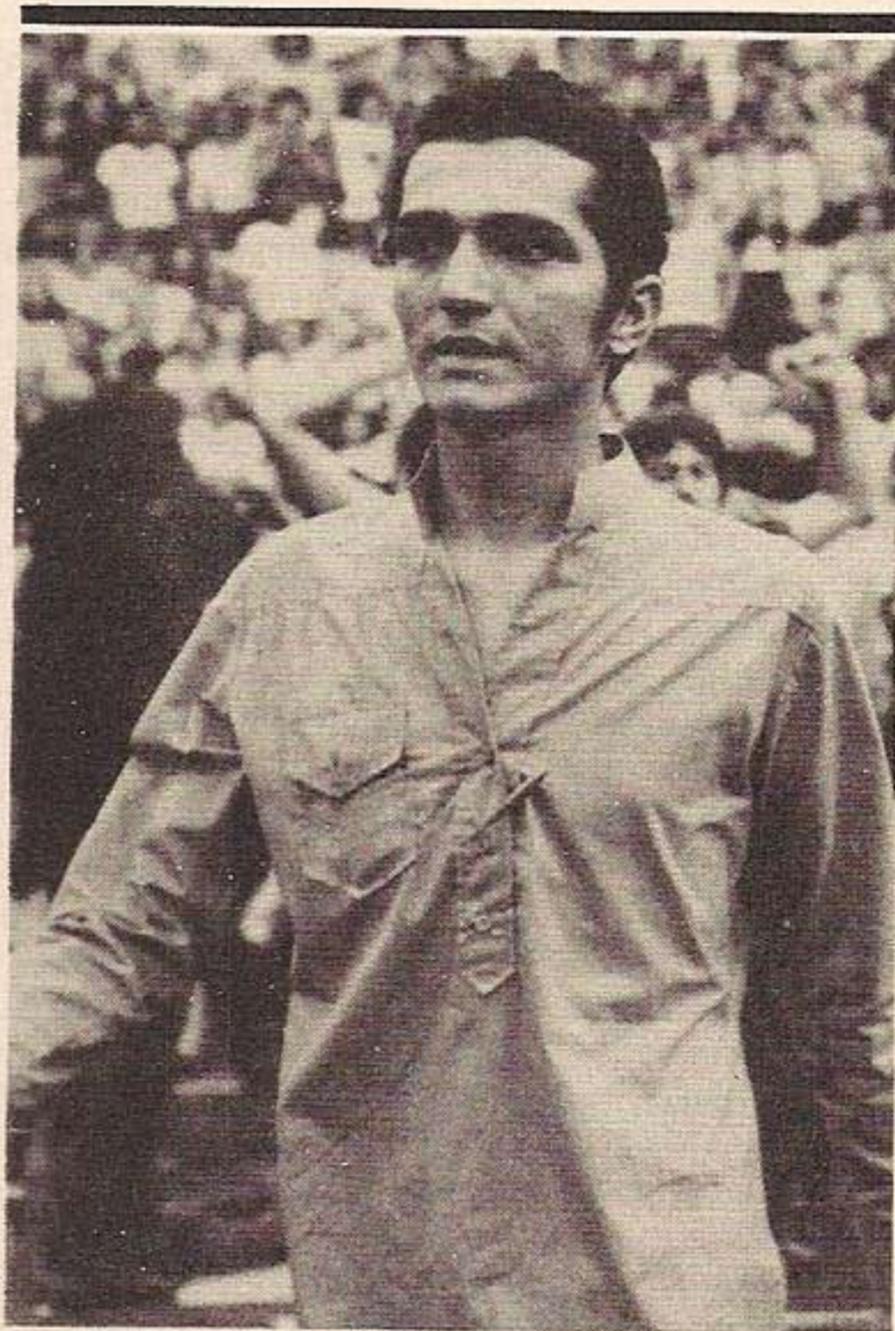
NO BRASIL, A VOCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PATRIÓTICA

Registra a memória recente do país uma cena ordinariamente repetida nas barreiras policiais montadas pelo regime ao longo das estradas, a caça de opositores, nos anos mais tenebrosos do fascismo: obrigados a descer do ônibus ou do veículo, os passageiros iam sendo sumariamente identificados e interrogados até que a presença de alguém de feições jovens fazia estacar com especial atenção e cautela o grupo policial. Ali estava o maior suspeito e o alvo predileto da perseguição.

A aversão à tirania e à opressão nacional estiveram sempre presentes como elo de ligação e traço comum de todos os grandes movimentos dos quais tenham participado com algum peso os jovens de nosso país.

Mesmo considerando contradições de classe e de outros níveis, é perfeitamente possível destacar dois elementos comuns e invariavelmente presentes na trajetória e nos momentos mais diversos da luta da juventude no Brasil: uma ardente vocação democrática combinada com um profundo sentimento patriótico. A aversão à tirania e à opressão nacional estiveram sempre presentes como elo de ligação e traço comum de todos os grandes movimentos dos quais tenham participado com algum peso os jovens do nosso país. Um exame, mesmo que sucinto e superficial de alguns deles, é o suficiente para uma conclusão mais segura sobre este ponto de vista.

"Os que guardavam a rua Direita eram todos moços. Quantos? Quatrocentos ou quinhentos, se tanto. Desiguais, nas armas, como no



Aldo Rebelo

vestuário, tinham-se reunido à pressa, ao acaso. Cada um apanhava a primeira arma que encontrava à mão. Eram quase todos estudantes... E antes que Duclerc desse o sinal de ataque, já eles o atacavam, de surpresa, arrojando-se irrefletidamente" (Olavo Bilac, Contos Pátrios). Citada por Artur Poerner como a primeira manifestação estudantil registrada na história do Brasil, trata-se da reação de estudantes dos Colégios Jesuítas à tentativa dos franceses chefiados por Duclerc de invadir o Rio de Janeiro no ano de 1710.

As campanhas pela Independência, Abolição da Escravatura e Proclamação da República registram testemunhos inesquecíveis de amor à liberdade e sentimento patriótico por parte da juventude na nossa história pré-republicana. Os negros traziam desde há muito o espírito libertário, de inconformismo com o cativo, exercitado nos quilombos de Zumbi e nas constantes fugas das senzalas. A Revolução Francesa de 1789 e a guerra que libertou as 13 Colônias norte-americanas do domínio inglês trouxeram vigor e alimento aos sonhos de liberdade e independência de boa parcela da juventude intelectualizada do país.

Estudantes brasileiros na França fundaram um clube secreto para lutar pela independência do Brasil, e um deles, José Joaquim da Maia, até escreveu a Thomas Jefferson, na época Ministro dos Estados Unidos na França, pedindo apoio para uma revolução que libertasse o Brasil do jugo colonial português. Jovens como José Álvares Maciel foram inseparáveis companheiros de Tiradentes na Inconfidência Mineira, movimento inapagável em nossa memória pelo exemplo de patriotismo dos que o conduziram.

A campanha abolicionista foi outro momento importante da presença juvenil na cena política do país. Aos 24 anos, quando morreu, Castro Alves já se imortalizara não apenas como poeta, mas como tribuno de levantar auditórios e fazer tremer os escravocratas.

Os ventos republicanos sopravam forte país a fora. Era a República, na época, sinônimo das idéias revolucionárias francesas de liberdade, igualdade e fraternidade, lema sob o qual tinha-se feito a revolução de 1789. Em torno dessas idéias, mesmo que algumas vezes não formalizadas claramente, a juventude travou memoráveis combates, organizou e participou de rebeliões como a Revolta dos Alfaiates e a Sabinada. Na primeira, afirmam os historiadores, a grande maioria dos conspiradores contava de 17 a 30 anos, e na segunda foram diretamente envolvidos estudantes de medicina da Bahia que tinham no próprio Sabino, professor da Escola, a principal liderança.

Nas escolas militares fervilhavam os ideais republicanos; o cadete Euclides da Cunha (mais tarde autor de *Os Sertões*), então com 17 anos, foi preso e expulso da escola ao deixar cair a espada em protesto contra a presença do Ministro da Guerra do Imperador numa solenidade militar.

**"O DESTINO DELES MUDOU,
TUDO AGORA É DIVERSO"**
(Capitães de Areia, Jorge Amado).

As primeiras três décadas deste século passaram sob o signo de mudanças importantes no país. Em 1911, sob o comando do jovem marinheiro João Cândido (o almirante negro cantado por João Bosco e Aldir Blanc em *Mestre Sala dos Mares*), os marujos amotinam os encouraçados Minas Gerais e São Paulo, o cruzador Bahia, apontam armas para pontos estratégicos do Rio de Janeiro e exigem o fim dos castigos cruéis, como o açoite da chibata. Conhecido como *Revolta da Chibata*, o movimento alcançou vitórias às custas de prisões e mortes de seus participantes.

Em 1922, um movimento cultural de cunho nacional e renovador, a Semana de Arte Moderna, levado a cabo por um grupo de jovens intelectuais e artistas, abre horizontes à vida cultural e artística do país com repercussões que duram até os dias atuais. Neste mesmo ano, 9 operários e intelectuais, a maioria dos quais jovens, reunidos em Congresso no Rio de Janeiro, fundam o Partido Comunista do Brasil, organização política que a partir daquele momento marcaria definitivamente a vida política nacional. Ainda em 1922, um grupo de jovens oficiais rebela-se e marcha do Forte de Copacabana contra as tropas do governo no episódio que ficou conhecido como "os 18 do Forte".

Em 1924, jovens oficiais dão início a uma marcha de mais de 24 mil quilômetros, combatendo sem sofrer uma única derrota às tropas governamentais, tendo como reivindicação maior reformas democratizantes nas estru-





Ilustração Paulo Lima

turas oligárquicas mantidas no país pelos fazendeiros do café e do gado, de São Paulo e Minas Gerais, senhores da República até então.

Em 1937 funda-se a União Nacional dos Estudantes (UNE) que já no seu 2º Congresso em 1938 conclama a juventude do Brasil e da América Latina à luta pela democracia.

Getúlio Vargas implanta o Estado Novo em 1937, ditadura cujo texto constitucional outorgado tinha-se inspirado nos modelos fascistas da Polônia e da Itália. Neste mesmo ano funda-se a União Nacional dos Estudantes (UNE) que já no seu 2º Congresso em 1938 conclama a juventude do Brasil e da América Latina à luta pela democracia. Tem início a 2ª Guerra Mundial e parte dos estudantes, através da UNE, a primeira manifestação pública e de massas em favor da entrada do Brasil no conflito ao lado dos aliados.

Entrando o Brasil na guerra, a UNE e as forças democráticas fustigam a contradição

existente entre o combate que a FEB (Força Expedicionária Brasileira) dava ao fascismo na Europa e a existência de uma ditadura fascista no país. Abre-se a campanha pela anistia e pela convocação de uma Assembléia Constituinte, que se faz finalmente vitoriosa.

Nas décadas de 50 e 60 forma-se no país um vigoroso movimento democrático e patriótico, sempre com estudantes e jovens à frente ou no seu interior. Conquista-se o monopólio estatal do petróleo e impede-se a tentativa golpista em 1961 quando os militares procuraram impedir a posse de João Goulart, o vice de Jânio Quadros que renunciara seis meses após assumir a Presidência.

“ELES VENCERAM, E O SINAL ESTÁ FECHADO PARA NÓS, QUE SOMOS JOVENS”.
(Belchior “Como nossos pais”).

O golpe veio em 64. Patrocinaram-no o imperialismo norte-americano, cuja embaixada no Brasil era o centro das operações golpistas, a grande burguesia monopolista nativa e os

latifundiários. No dia seguinte ao golpe a sede da UNE foi incendiada pelos golpistas, ação cujo simbolismo já demonstrava a natureza reacionária do golpe, seu conteúdo fascista e fúria antipopular.

No dia seguinte ao golpe de 64 a sede da UNE foi incendiada pelos golpistas, ação cujo simbolismo já demonstrava a natureza reacionária do golpe, seu conteúdo fascista e fúria antipopular.

A resistência ao golpe se dá nas fábricas, nas escolas e nas ruas. Nas ruas, aos milhares, a juventude, particularmente a estudantil, exige o fim da ditadura, quando em dezembro de 68 é editado o Ato Institucional nº 5 e o regime elege o terror fascista como método de governo. Avaliando incorretamente a situação e a correlação de forças, um punhado de jovens lança-se à guerrilha urbana. A maioria tomba heroicamente nas ruas ou nos cárceres da ditadura, levantando alto o protesto do povo contra seus carrascos. A UNE perde seu último Presidente, Honestino Monteiro Guimarães, seqüestrado, torturado e assassinado pelas forças repressivas.

Nas selvas do Araguaia dezenas de jovens, entre os quais Elenira Resende, ex-diretora da UNE, empunham armas em defesa dos direitos dos camponeses e do povo da região, enfrentando heroicamente as tropas do governo, que, mesmo superiores em número e armas, sofreram reveses consideráveis até conseguir derrotar os valorosos combatentes do Araguaia.

À natureza antidemocrática, antinacional e antipopular do golpe, os estudantes e a juventude opuseram uma resistência inquebrantável de caráter democrático, patriótico e popular. Toda batalha era válida, até mesmo a escolha de um paraninfo como sucedeu no ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) em 1977, quando os formandos rejeitaram a tentativa da direção da Escola de impor o ditador Geisel como paraninfo e escolheram o físico José Goldenberg, cujo filho havia sido expulso da Escola dois anos antes, acusado de subversão. A escola vetou a indicação dos estudantes mas não teve como impor o general Geisel. A turma ficou sem paraninfo.

A UNE voltou em 79. A UBES em 81. As greves operárias voltaram nesse mesmo pe-

ríodo. Os Centros Acadêmicos e os Sindicatos enchem-se cada vez mais de jovens estudantes e trabalhadores. Querem respostas, soluções e perspectivas para suas aspirações e anseios.

"TUDO ME NEGARAM. O QUE VOCÊS QUERIAM QUE EU FOSSE?"
(Wilsinho Galiléia, menor, fuzilado pela polícia em 1978).

Soma hoje 4,5 milhões o número de jovens desempregados no Brasil. Eles chegaram nos últimos 3 anos ao mercado de trabalho, à média de 1,5 milhão ao ano, e o encontraram de portas cerradas pela recessão imposta ao país a partir de 1981. No campo, só este ano mais de 1 milhão de trabalhadores, a grande maioria de jovens, migrarão para as cidades tangidos pelo latifúndio, grilagem, seca, fracasso de colheitas etc. Apenas no Paraná, 500 mil trabalhadores volantes (bóias-frias) estão sem trabalho no período da entressafra.

"A taxa de desemprego entre os jovens é, em média, cerca de 21% nas regiões metropolitanas, sendo que o desemprego entre a população feminina é maior. No Rio de Janeiro e em Recife, cerca de 27% das mulheres entre 15 e 24 anos estão desempregadas" (Folha de S. Paulo, 28/08/83). Há também a discriminação racial e social denunciada por um órgão do próprio governo que apontou rejeição de jovens negras e pobres por parte de empresas que haviam solicitado trabalhadores.

Desemprego nas Regiões Metropolitanas

Idade 15-24 anos/por 100

	homens	mulheres
Recife	20	27
Rio de Janeiro	19	28

Fonte: IBGE/Janeiro/83

Na educação o quadro é estarrecedor. 80% das matrículas do ensino superior estão nas mãos de escolas particulares que controlam também 52,7% do ensino de segundo grau. Em São Paulo, sobe a 87% o controle das escolas

particulares sobre o ensino universitário e no Rio de Janeiro esse controle é de 82% nas escolas de 2º grau. Em todo o país, aproximadamente 40% das crianças em idade escolar estão fora das escolas, o que dá um total de mais de 7 milhões só na faixa dos 7 aos 14 anos. De cada 1.000 crianças que se matriculam na 1ª série do 1º grau, apenas 180 atingem o 2º grau, compreendendo uma evasão absurda de 82%. O governo, além de estimular o ensino pago, ou talvez por isso, diminui ano a ano as verbas para a educação, que passaram de 11,07% em 1965 para uma média de 5% nos últimos anos, a despeito da recomendação do órgão da ONU para a educação e cultura, a Unesco, para que os países em desenvolvimento, como o Brasil, destinem 25% do orçamento global para a educação e a cultura.

Alienado e distanciado da formação social e cultural da nossa juventude, o lazer é também alienante quando impõe aos jovens valores e realidades que lhes são estranhos.

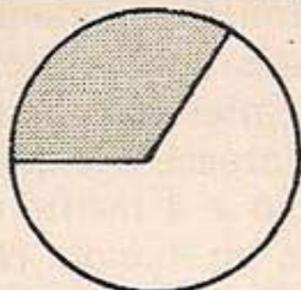
No Brasil, a juventude não tem acesso à cultura, ao esporte e ao lazer. 65% dos nossos atletas amadores têm mais de 18 anos, dos quais apenas 11% são mulheres, quando na maioria dos países a prática do esporte se dá principalmente nas faixas inferiores de idade e é menor a diferença proporcional entre os sexos⁽³⁾. Alienado e distanciado da formação social e cultural da nossa juventude, o lazer é também alienante quando impõe aos jovens valores e realidades que lhes são estranhos; 41% da nossa programação de televisão é estrangeira, salvo honrosas exceções, de péssima qualidade; 72,8% dos filmes exibidos nas salas de projeção são também estrangeiros, a maioria dos quais de qualidade no mínimo duvidosa, e no teatro apenas 28,5% dos espetáculos encenados são de autores nacionais⁽⁴⁾.

Atletas/Idade

35% - 18 anos

65% + 18 anos

Fonte: Anuário/82 - Seade/SP



A HORA É DE LUTAR, COMO AFIRMA GONZAGUINHA, OU DE FUGIR, COMO DIZ ROBERTO CARLOS?

« Eu vou à luta com essa juventude/ Que não corre da raia a troco/ de nada/ Eu vou no bloco dessa mocidade/ Que não tá na saudade/ E constrói/ A manhã desejada” (Luís Gonzaga Júnior).

“Eu prefiro as curvas/ Da estrada de Santos/ onde tento esquecer” (Roberto Carlos).

O regime militar, em que pese haver conquistado jovens quadros técnicos e militares para serviços burocráticos e de repressão política, jamais conseguiu formar entre a juventude corrente de opinião favorável aos seus objetivos e planos políticos mais gerais.

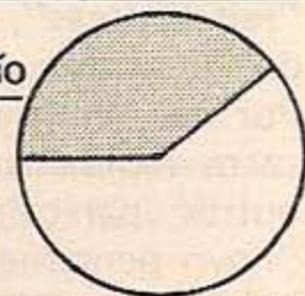
Nunca, porém, as classes dominantes abriram mão da tentativa de neutralizar, por todos os meios e formas, a energia revolucionária da juventude. Investiram na alienação e despolíticação, ora criticando o engajamento em ações e atividades políticas como sendo o “velho”, “careta” e “ultrapassado”, apresentando a “neutralidade”, o “tecnicismo” e a postura “apolítica” como o “novo” e o “moderno”; ora usando da repressão aberta, abolindo completamente qualquer opção para o posicionamento político.

Programação nacional de televisão

40,8% estrangeira

59,2% nacional

Fonte: Anuário/82 - Seade/SP



O verniz “inovador” e “modernizante” não consegue esconder o miolo retrógrado e obscurantista, mesmo com a ajuda de poderosos meios de comunicação como Rede Globo, Veja, “O Estado de São Paulo” etc. Para combater a militância política, particularmente no meio intelectual e jovem, forjam situações, modismos e intrigas. Todos conhecem a expressão “patrulha ideológica” transformada em consigna anti-militante pelo “O Estado de São Paulo” e correlatos, até que Henfil criou a “patrulha odara” como contraponto aos que enlouquecem em proveito próprio, como denunciou o próprio Henfil.

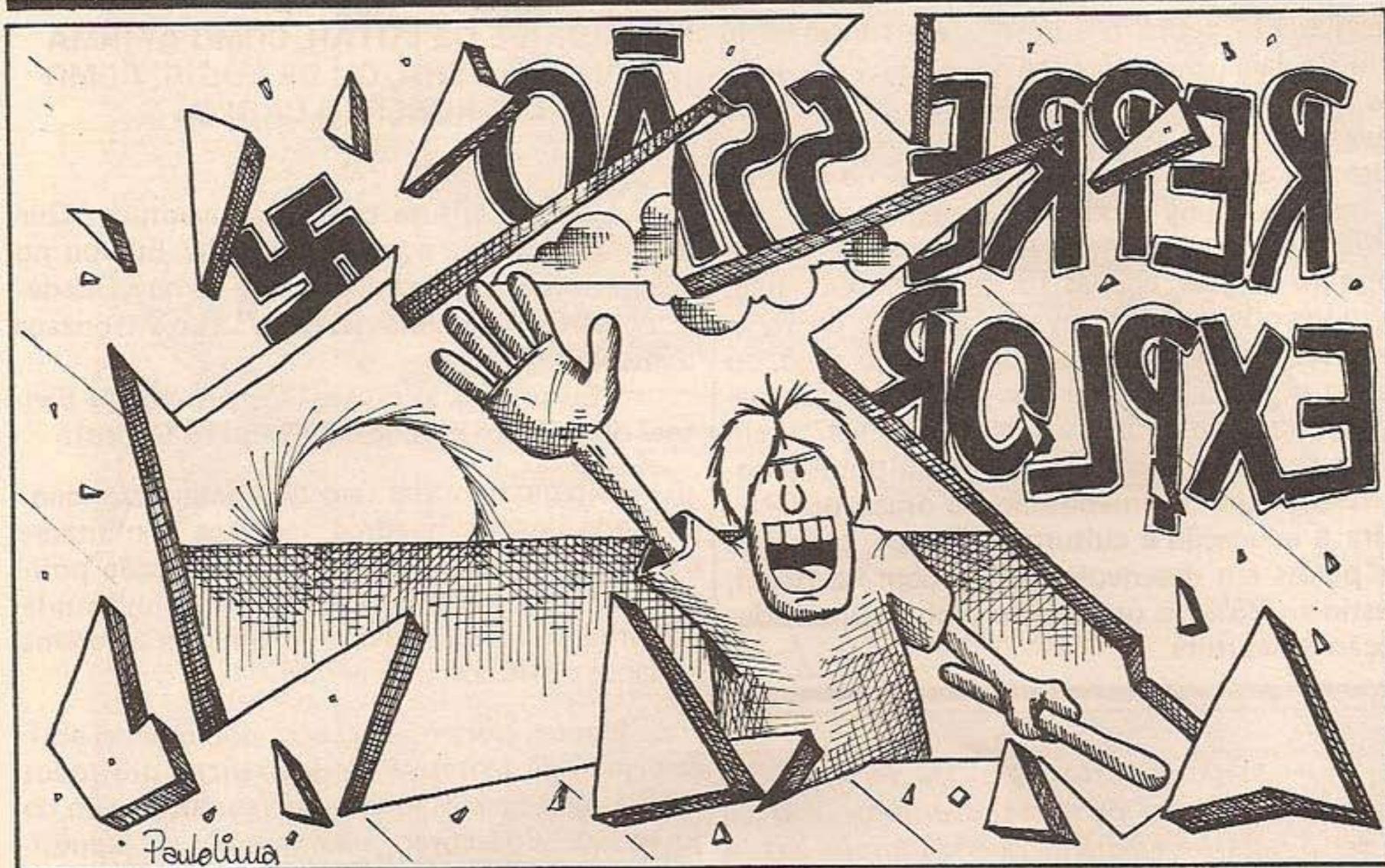


Ilustração: Paulo Lima

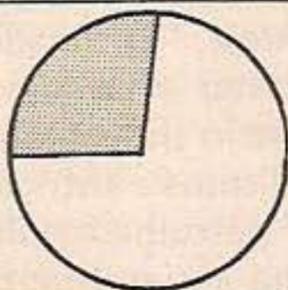
No afã de confundir a juventude, a burguesia não hesita em lançar mão da picaretagem mais torpe e do charlatanismo mais vulgar. Elevam à condição de "profeta" tipos Herbert Marcuse, ou à de "filósofos" sempre adjetivados de "novos", os franceses André Glucksmann, Bernard-Henri Lévi, entre outros, apresentados, principalmente à juventude, como "renovadores", "superadores" do marxismo e do "conceito antiquado" da luta de classes. Por não serem novos e muito menos filósofos, caem rapidamente no esquecimento, até que outros apareçam com uma "nova filosofia" ou "novo pensamento", invariavelmente saudados e festejados por manchetes *glamorosas*, entrevistas exclusivas, edições luxuosas, palestras em circuitos cuidadosamente preparados, e depois já devidamente consumidos, desaparecem como surgiram: sem explicação ou lamento.

neles florescerem idéias que ponham em perigo sua sobrevivência. Sem o apoio da burguesia européia e norte-americana e sem a chefia pessoal de vários ditadores e oligarcas latino-americanos, o comércio e o tráfico de drogas não sobreviveriam. Quem tem forças e meios para depor governos e invadir países, tem como desbaratar a rede internacional de tráfico de droga se não tivesse aí profundos interesses econômicos e políticos.

Cinemas: Filmes exibidos

27,2% nacionais
72,8% estrangeiros

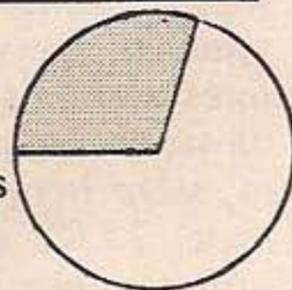
Fonte: Anuário/82 - Seade/SP



Teatro: Espetáculos encenados

28,5% autores nacionais
71,5% autores estrangeiros

Fonte: Anuário/82 - Seade/SP



A burguesia prefere o cérebro da juventude entorpecido de maconha e cocaína a ver

Em países como Bolívia e Colômbia, o tráfico chega a constituir verdadeiros estados paralelos com controle de áreas geográficas e milícias paramilitares às vezes melhor equipadas que os próprios exércitos regulares desses países. Daí partem os lucros fabulosos e os entorpecentes que envenenam diariamente o corpo e a mente de milhões de jovens no Brasil e no mundo. No Brasil, nos primeiros 5 meses do corrente ano, segundo a própria Polícia

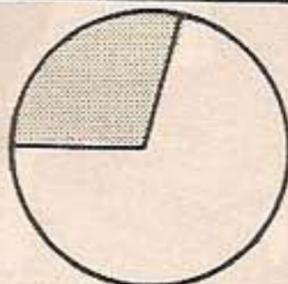
Federal, foi apreendida o dobro da quantidade de maconha apreendida em todo o ano passado (Folha de São Paulo, 4/6/83).

A droga, além de alimentar um comércio fabuloso, supre de recursos bandos fascistas na Europa e América Latina e leva parcelas consideráveis da juventude das camadas médias a um drama existencial de onde dificilmente saem em perfeita saúde física e mental. Em São Paulo, por exemplo, de cada 100 tentativas de suicídio em 1981, 65 foram cometidas por jovens de menos de 24 anos e 70 por mulheres.

Tentativas de suicídio/idade

30% mais de 24 anos
70% até 24 anos

Fonte: Anuário/82 - Seade/SP



"EU NÃO POSSO DEIXAR DE DIZER, MEU AMIGO, QUE UMA NOVA MUDANÇA, EM BREVE VAI ACONTECER"
(Belchior - Roupas Velhas)

Mas, por fulminante e maciça que seja a propaganda burguesa, não consegue formar a consciência das amplas massas juvenis da Nação, particularmente dos jovens trabalhadores. É na experiência coletiva e diária com seus companheiros de ofício, no labutar duro da fábrica e no contato com as idéias revolucionárias e avançadas que o jovem operário se educa e forma sua consciência de classe. Da mesma forma, nas Universidades e Escolas os jovens estudantes aprendem mais nas refregas

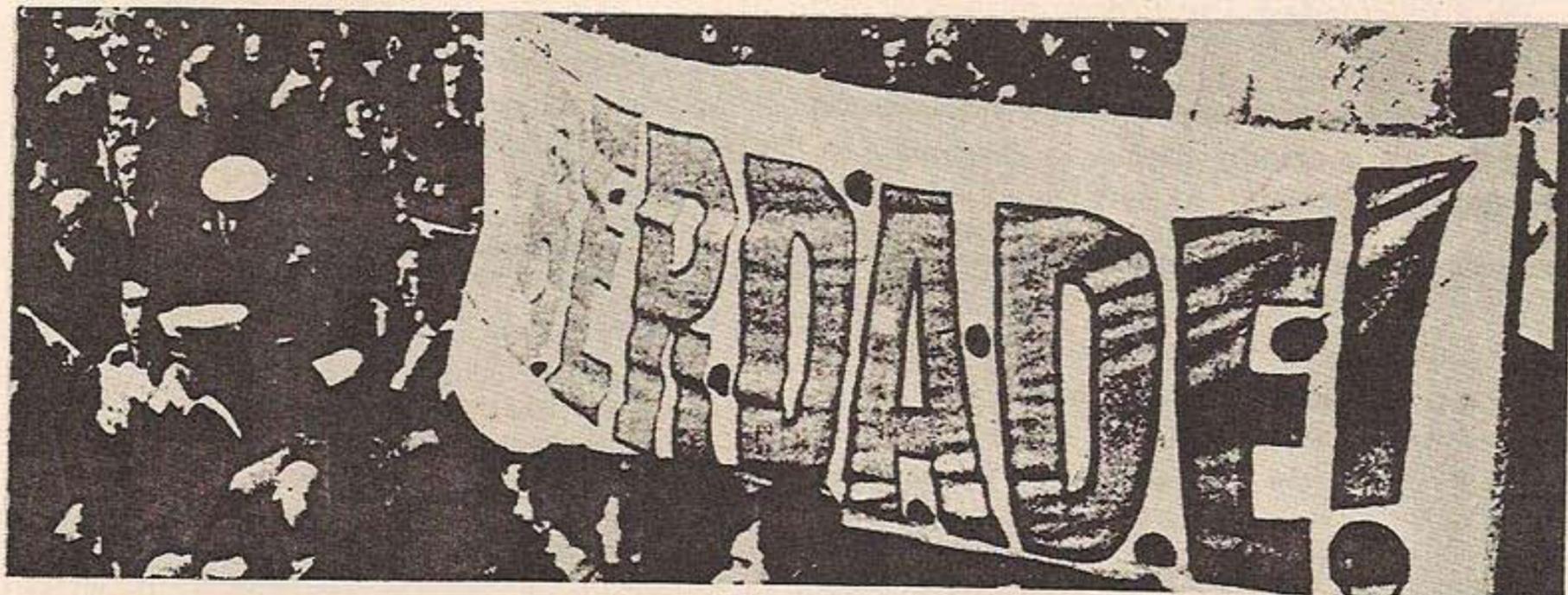
de rua, por melhores condições de ensino e liberdade, do que nas aulas de Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Moral e Cívica.

É na experiência coletiva e diária com seus companheiros de ofício, no labutar duro da fábrica e no contato com as idéias revolucionárias e avançadas que o jovem operário se educa e forma sua consciência de classe.

Principalmente para 70% de jovens trabalhadores que, segundo o IBGE, na faixa de 10 a 18 anos não têm ainda carteira de trabalho assinada; para mais de meio milhão de jovens que, segundo o Estado Maior das Forças Armadas, são anualmente considerados imprestáveis para o serviço militar por deficiência física, entre outras; para os jovens camponeses tangidos das roças a toque de seca ou fuzil; para milhares de jovens negras ainda na flor da idade atiradas nos prostíbulos; para milhões de jovens deserdados pelo regime odioso e cruel existente em nosso país, certamente que as soluções individuais não podem ser pensadas. Jamais serão médicos, engenheiros, advogados ou trabalhadores de direitos respeitados, se não forem antes homens e mulheres livres, de uma pátria livre, senhores de seus destinos.

Para impor tal situação, o regime suprimiu liberdades, impôs o controle sobre os sindicatos, pôs na ilegalidade as entidades estudantis, tornou-se carrasco de brasileiros, carcereiro de padres, jornalistas e posseiros, fêz-se protetor de assassinos e corruptos dos casos Mandioca, Baumgarten etc. etc.

Mesmo perdendo eleições após eleições, continua a impor governos ilegítimos e sem ne-





nhum apoio popular. Transforma a Lei de Segurança Nacional e as "Salvaguardas do Estado" (Medidas de Emergência, Estado de Emergência e Estado de Sítio) na Constituição de fato do país, com o que pode violar domicílios, proibir reuniões, mesmo em recinto fechado, e cassar direitos políticos e sindicais.

Somente livre das peias e garrotes dos opressores nacionais e estrangeiros, o Brasil assegurará à sua juventude o direito sagrado à felicidade e à realização individual e coletiva.

Contra o clamor da Nação, gerencia a intervenção estrangeira no país transformando o

próprio Palácio do Planalto e o Conselho de Segurança Nacional em casamatas do Fundo Monetário Internacional e dos banqueiros estrangeiros. Com essa orientação fazem o país retroceder economicamente à condição de neocolônia e politicamente ao nível da barbárie e do primitivismo.

Por isso, "nada a temer/ senão o correr da luta/ nada a fazer/ senão perder o medo" como diz Milton Nascimento. Somente livre das peias e garrotes dos opressores nacionais e estrangeiros o Brasil assegurará à sua juventude o direito sagrado à felicidade e à realização individual e coletiva em busca de um sistema social novo, de igualdade de direitos e deveres, que ofereça a esse povo "que é mar e que é rio" o destino de "um dia se juntar".

(1) Dados e cálculos com base no censo do IBGE, 1980.

(2) RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais), citado por Duarte Pereira em "Perfil da Classe Operária".

(3) SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados - SP), 1982.

(4) SEADE, *idem*.

OBS.: Foram utilizados para consulta documentos da União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e trabalhos dos jornalistas Raimundo Rodrigues Pereira, Duarte Pereira, Luiz Fernando Emediato (Geração Abandonada, EMW Editores), Carlos Alberto Luppi (O massacre do menor no Brasil, Brasil Debates).

EDITORA ANITA GARIBALDI

OFERTAS ESPECIAIS POR TEMPO LIMITADO:

- 1) Temos algumas poucas coleções da Revista Princípios – do número 1 ao número 6 – que estamos oferecendo encadernada aos nossos leitores. Preço: Cr\$ 6.000,00. Utilize nosso talão de pedidos para solicitá-la.
- 2) A cada compra superior a Cr\$ 5.000,00 (com exceção da coleção da Revista Princípios encadernada), estamos oferecendo, como brinde, gratuitamente, um dos seguintes livros a escolher:
 - * Revista Princípios número 4
 - * O Revisionismo Chinês de Mao Tsetung, de João Amazonas
 - * Relatório ao 8º Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, de Enver Hoxha.

Utilize nosso talão de pedidos para assinalar sua escolha.

LISTA DE PREÇOS:

PRINCÍPIOS (cada exemplar): Cr\$ 800,00 – FARABUNDO MARTÍ, HERÓI DE EL SALVADOR (BIOGRAFIA): Cr\$ 400,00 – O IMPERIALISMO E A REVOLUÇÃO - de Enver Hoxha: Cr\$ 1.500,00 – O REVISIONISMO CHINÊS DE MAO TSETUNG - de João Amazonas: Cr\$ 1.000,00 – OS COMUNISTAS E AS ELEIÇÕES - de V. I. Lênin: Cr\$ 500,00 – RELATÓRIO AO 8º CONGRESSO DO PTA - de Enver Hoxha: Cr\$ 1.000,00 – PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA POPULAR - de João Amazonas: Cr\$ 800,00 – A EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO COMUNISTA - de Diógenes Arruda Câmara: Cr\$ 800,00 – SOCIALISMO, IDEAL DA CLASSE OPERÁRIA, ASPIRAÇÃO DE TODOS OS POVOS - de João Amazonas (em preparação a 2ª Edição): Cr\$ 800,00 – GUERRILHA DO ARAGUAIA – 1972-1982 (2ª Edição): Cr\$ 2.000,00 – DISCURSO AOS ELEITORES - de Enver Hoxha: Cr\$ 400,00 – O EUROCOMUNISMO É ANTICOMUNISMO - de Enver Hoxha: Cr\$ 1.500,00.

Peço enviar-me as publicações abaixo assinaladas. Para tanto, estou enviando o cheque nº no valor de Cr\$ em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.

..... exemplares de

Peço também o envio do brinde que assinalo abaixo, devido ao meu pedido exceder os Cr\$ 5.000,00.

- PRINCÍPIOS Nº 4
- O REVISIONISMO CHINÊS DE MAO TSETUNG - de João Amazonas
- RELATÓRIO AO 8º CONGRESSO DO PTA - de Enver Hoxha.

Nome

Endereço Bairro

Cidade Estado CEP Fone

PUBLICAÇÕES DA EDITORA ANITA GARIBALDI



LANÇAMENTO DA EDITORA ANITA GARIBALDI

**O Eurocomunismo
É Anticomunismo** 164 pp.

Nesta sua importante obra teórica, Enver Hoxha faz um rico balanço histórico das mudanças ocorridas na Europa no período do pós-guerra. Analisa com profundidade e conhecimento de causa as circunstâncias históricas e as condições objetivas e subjetivas que levaram ao revisionismo contemporâneo. Uma por uma, as teses e os programas dos partidos euro-comunistas Italiano, Francês e Espanhol sofrem a crítica do Líder albanês.

